



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2023





ÍNDICE

1 SÚMULA DA EXECUÇÃO	5
2 ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	9
3 ACÇÕES REALIZADAS	12
3.1. ÁREA DA COOPERAÇÃO COM O ESTADO – SEGURANÇA SOCIAL	12
3.1.1. LAR DE IDOSOS - ERPI	12
3.1.2. RESPOSTAS SOCIAIS DE SAD/CENTRO DE DIA.....	14
3.1.3. EQUIPA DE AÇÃO PALIATIVA	18
3.1.4. CATL E AAAF.....	19
3.1.5. CANDIDATURAS APRESENTADAS PRR / PROCOOP	20
3.1.6. CANTINAS SOCIAIS E POAPMC.....	21
3.2. ÁREA DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO – SAÚDE / E OUTRAS ATIVIDADES ASSOCIADAS	24
3.2.1. UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS – DR. FERNANDO VALLE.....	25
3.2.2. UNIDADE DE MEDICINA FÍSICA E DE REABILITAÇÃO.....	29
3.2.3. ESTÁGIOS DE ENFERMAGEM – ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA.....	29
3.3. REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS	30
3.4. ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS.....	34
3.5. A COMARCA DE ARGANIL.....	35
3.6. ORGANIZAÇÃO / PARTICIPAÇÃO DA MISERICÓRDIA EM EVENTOS VÁRIOS E PARCERIAS.....	36
3.7. COLABORAÇÃO SECRETARIADO REGIONAL DE COIMBRA E PARTICIPAÇÃO PLATAFORMA SOMOS TODOS MISERICÓRDIA.....	43
3.8. PROJETO CASA COM VIDA(R)	45
3.9. DIVERSAS ATIVIDADES PARA OS UTENTES	46
3.10. ACÇÕES JUDICIAIS	49
4 CONTAS	57
4.1. RENDIMENTOS	57
4.2. GASTOS	59
4.3. MAPA DE INVESTIMENTOS	61
4.4. RESULTADO DO EXERCÍCIO	63
5 CONCLUSÃO	66
ANEXOS.....	69



1 | SÚMULA DA EXECUÇÃO

O cenário dominante no ano que findou não deixou de ser caracterizado pela instabilidade internacional, instabilidade esta que teve as suas repercussões a nível nacional.

Assim, a par do conflito que grassa no continente europeu, resultante da invasão da Ucrânia pela Federação Russa e que já leva dois anos de duração, juntou-se o conflito no médio oriente, mais precisamente entre Israel e o HAMAS, fruto do ataque deste último perpetrado no dia sete de Outubro de 2023.

Objetivamente que esses dois conflitos, associados a outros de dimensão mais localizada, contribuíram para a incerteza económica e o agravamento dos problemas sociais em diversas latitudes, ao mesmo tempo que o impacto das alterações climáticas se continuaram a fazer sentir.

A nível nacional, registou-se uma instabilidade governativa, resultado das alterações suscitadas por ações/investigações do foro judicial e que conduziram à demissão do Governo, facto que por si só suscitou uma enorme incerteza quanto ao futuro mais próximo, designadamente no âmbito da atuação do Setor Cooperativo e Social.

Apesar dessa instabilidade governativa, a qual apenas se veio a materializar já na reta final do exercício de 2023, as condicionantes económicas foram uma constante, **com uma taxa de inflação de 4,3%**, e onde os custos com produtos energéticos e os bens alimentares mantiveram uma importância crucial para essa mesma taxa.

De sublinhar que as componentes da energia/combustíveis e da alimentação são fundamentais na vida e funcionamento das Instituições de Solidariedade, aspeto que potencializa um maior impacto da taxa de inflação, **razão que nos leva a afirmar que este indicador económico tem um peso superior ao número oficial, apresentado pelo INE, nas organizações do Setor Social.**

Por outro lado, e de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) terá atingido os 2,3%.

No entanto, **a atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN) cifrou-se em mais 7,9%**, além que na Concertação Social o valor estabelecido para a atualização das outras remunerações foi de 5%, percentagens superiores ao valor apurado do crescimento da economia do País.



Ora, sendo os custos com o pessoal a rubrica mais representativa das Instituições de Solidariedade Social, isto no que à despesa corrente diz respeito, qualquer atualização salarial tem impactos imediatos na saúde financeira dessas, pelo que, é sempre imprescindível que as **receitas acompanhem esse incremento de custos para o necessário equilíbrio das contas.**

Contudo, e sendo o parceiro Estado essencial na atividade das Instituições de Solidariedade Social, a não atualização das comparticipações pelos serviços prestados, ou a mera insuficiência dessa atualização, origina, no imediato, o agravamento das condições de sustentabilidade destas organizações da Sociedade Civil.

Como não poderia deixar de ser, também a Misericórdia de Arganil está sujeita a essa realidade, razão pela qual o impacto da política salarial condicionou, fortemente, os resultados económicos do exercício em apreço, quer por força da atualização do SMN que passou de setecentos e cinco euros (705,00€) em 2022, para setecentos sessenta (760,00€) em 2023, a par das atualizações decorrentes da Contratação Coletiva cuja média foi de 5%, valores aos quais deve ser acrescida a contribuição para a Segurança Social e demais encargos com seguros.

Já do lado da atualização dos Acordos de Cooperação, decorrentes da revisão do Compromisso de Cooperação, via Memorando de Entendimento celebrado em 6 de Outubro entre Estado e entidades representativa do Setor, **cifrou-se em 6%** para as respostas residenciais (Lar de Idosos-ERPI) e Centro de Dia, sendo que para as restantes (Serviço de Apoio Domiciliário - SAD, Centro de Atividades e Tempos Livres – CATL, etc) essa **atualização foi de apenas 3%.**

A Misericórdia é uma defensora da melhoria das condições de trabalho dos seus trabalhadores, designadamente ao nível das remunerações, mas para tal são indispensáveis recursos para o efeito.

Se levarmos em linha de conta que o exercício de 2022 terminou com uma taxa de inflação de 7,8%, associada a um incremento do SMN de 6%, e sendo entendimento da Misericórdia de que o custo com a mão-de-obra não se reflete no produto final (prestação de um serviço junto dos utentes), pelo menos no imediato (face às regras da cooperação), os custos potenciais não foram inferiores a 13,8% e apenas nesse ano.

Mas se a esse valor somarmos a taxa de inflação de 2023 (4,3%) e bem assim o aumento do SMN (7,8%) do mesmo ano, obtemos 12,2% de custos potenciais, o que nos permite determinar, com alguma razoabilidade, de que, apenas com números de 2022 e 2023, **a meta de**



concretização da comparticipação do parceiro Estado em 50% do custo das respostas sociais, inscrita no Pacto para a Cooperação e Solidariedade e assinado em Dezembro de 2021, continua longe de ser concretizada.

Se acrescentarmos a esta equação o financiamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), cuja atualização das comparticipações em 2023 deveria ter sido de 7,8% (Índice de Preços ao Consumidor) para todas as tipologias, mas que apenas se cifrou em 2,4%, percebemos o agravamento do subfinanciamento desta rede, que é fundamental para o bom funcionamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Atualização essa concretizada de forma extemporânea, pois apenas foi aprovada em meados do primeiro trimestre de 2024.

Apesar destes enormes constrangimentos já enunciados, entre outros, a Misericórdia procurou executar a sua missão ao serviço dos outros, não baixando os braços e estimulando o envolvimento de outras congéneres.

Assim, **a tomada de posse dos Órgãos Sociais eleitos para o quadriénio 2023-2026** teve lugar no dia 20 de Janeiro e contou com a presença de Sua Excelência Reverendíssima o Bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes, e bem assim do Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Dr. Luís Paulo Costa, conjuntamente com o Presidente do Secretariado Regional de Coimbra da União das Misericórdias Portuguesas, Dr. António Sérgio Martins, abrindo-se dessa forma um novo ciclo da vida da Instituição.



Foto n.º 1: Posse órgãos Sociais (2023-2026)

Com o propósito de dar andamento à entrada em funcionamento do reabilitado Hospital de Beneficência Condessa das Canas, a Instituição apresentou **candidatura ao Programa de**



Recuperação e Resiliência (PRR), assim como promoveu o reforço de outras respostas sociais, como foi o caso do SAD, através de candidatura ao PROCOOP.

No âmbito da inovação desenvolveu **candidatura ao apoio privado do BPI | Fundação La Caixa**, a qual veio a merecer o devido reconhecimento, ao mesmo tempo que manteve em funcionamento a componente de ação paliativa associada ao já referido SAD.

Numa lógica de reorganização de recursos, deu por **terminada a sua participação no Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC)**, tal como havia sido preconizado no Plano de Atividades, transitando esta componente para a autarquia.

Não obstante o findar da participação no referido programa, a Instituição manteve a **dinamização e execução da medida das Cantinas Sociais**, assegurando a continuidade deste serviço através das diversas parcerias com instituições de solidariedade instaladas em diversos pontos do concelho de Arganil.

Ainda na área da cooperação com o parceiro Estado, procedeu ao **reforço das designadas vagas hospitalares** existente na resposta de Lar de Idosos – ERPI.

A nível do edificado procurou **reabilitar**, através dos seus próprios recursos, diversos **espaços no Complexo Social**, cuja intervenção não carecia de quaisquer licenças e autorizações, melhorando espaços lúdicos e instalações sanitárias, gabinetes de apoio e coberturas.

Por outro lado, desenvolveu a possibilidade de projeto urbanístico no espaço detido pela Instituição no Paço Grande (Pavilhão da Feira e área envolvente), tendo sido encetados contactos com a autarquia, perspetivando-se a **celebração de contrato com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU)** para construção de habitação destinada a renda acessível, no âmbito do Plano Estratégico da Habitação Local.

Simultaneamente, desenvolveu esforço para a eventual **reabilitação do Bairro da Misericórdia**, através da possibilidade de apresentação de candidatura ao PRR, para o apoio do Programa Primeiro Direito – Reabilitação de Habitações, tendo sido contratado o projeto prévio.

Também a **reabilitação do Cineteatro Alves Coelho** não deixou de estar presente no leque de preocupações da Misericórdia, razão pela qual foi um tema sempre presente na agenda das reuniões realizadas com a autarquia, da qual se obteve a resposta de que existia a possibilidade de candidatura, a breve trecho, para a concretização da intervenção no emblemático edifício.



Manteve a **preservação e manutenção dos seus espaços naturais**, com destaque para a Mata das Misericórdias, com recurso aos colaboradores afetos a este património da Misericórdia.

Reprogramou a realização de investimento, nomeadamente a aquisição de diverso equipamento para os serviços de apoio de lavandaria e cozinha, em face da candidatura apresentada ao PRR para o Hospital de Beneficência Condessa das Canas.

Ao nível das parcerias, para além das que decorrem dos acordos com o parceiro Estado, a Misericórdia manteve a sua colaboração com diversas entidades locais, como foram os casos do Agrupamento de Escolas de Arganil, a Associação Filarmónica Arganilense, etc.

Simultaneamente, assegurou a continuidade **do apoio e colaboração ao Secretariado Regional de Coimbra da UMP, e promoveu o desenvolvimento de uma candidatura – Devolver a UNIÃO às Misericórdias - aos Órgãos Nacionais** da mesma entidade, tendo como ponto de partida o movimento informal “*Somos Todos Misericórdias*”, cuja principal dinamizadora e responsável por parte do apoio logístico foi a Misericórdia de Arganil.

Não obstante, e sem prejuízo do desenvolvimento mais à frente de algumas das atividades realizadas, os objetivos alcançados apenas foram possíveis com o apoio e colaboração de muitos que servem, abnegadamente, a Misericórdia, com dedicação e empenho, sejam eles colaboradores, dirigentes e mesmo utentes.

2 | ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil, é uma Instituição de direito privado, Fundada em 1647, à qual foi reconhecido o Estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com a respetiva utilidade pública, regendo-se pelo Decreto de Lei 119/83 de 25 de Fevereiro, na versão republicada com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei 172-A/14 de 14 de Novembro e pela Lei n.º 76/2015 de 28 de Julho.

Desenvolve a sua atividade no âmbito da Economia Social, nos termos da Lei n.º 30/2013 de 8 de Maio, integrando a família das Misericórdias, e encontra-se registada no Livro n.º 1 das Irmandades das Misericórdias, folhas 64 e 64 verso.



Atualmente, está estruturada de acordo com três Complexos, designados de Complexo Social, Complexo de Saúde e Complexo Desportivo e Cultural.

O designado Complexo Social concentra todas as respostas sociais e equipamentos cuja atuação está inserida no campo da Cooperação com o Setor Estado, especificamente associada à área do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, materializada através de acordos de cooperação estabelecidos com este Ministério, maioritariamente via Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra (CDSS – Coimbra), o Instituto de Solidariedade Social (ISS,IP), ou o Instituto de Emprego e Formação profissional (IEFP,IP).

Esses acordos de cooperação radicam nas seguintes respostas sociais: Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), Centro de Dia (sede e Secarias), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL).

Ainda no caso do SAD, deve ser realçada a existência de competências no campo da ação paliativa, através da existência e colaboração de um médico e enfermeira que promovem a prática desta intervenção em contexto domiciliário.

De igual modo, as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) estão associadas à organização do Complexo Social, apesar de resultarem de protocolo com a Câmara Municipal de Arganil.

Também os projetos de intervenção comunitária, como são o caso do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC- FEAC), a par das Cantinas Sociais, inseridas no Programa de Emergência Social (PES), assim como a Mata e os Jardins, estão afetos ao Complexo Social.

Estão ainda associados ao Complexo Social, isto no campo das parcerias, os casos dos protocolos com as Instituições de Economia Social locais, ou a participação em estruturas de intervenção local, designadamente o Conselho Local de Ação Social (CLAS), o Rendimento Social de Inserção (RSI/NLI) e o Conselho Geral (CG), este último no âmbito do Agrupamento de Escolas de Arganil.

Por seu turno, o Complexo de Saúde, tal como o nome sugere, encontra-se vocacionado para o desenvolvimento de respostas afetas à prestação de cuidados com predominância na órbita da saúde.



Estamos pois, a falar de equipamentos cujo funcionamento se encontra associado à celebração de contratos, acordos ou convenções, e cuja comparticipação tem o predomínio do Ministério da Saúde, diretamente, ou por intermédio da Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-C).

Temos nesta situação o Hospital Dr. Fernando Vale – Unidade de Cuidados Continuados Integrados, onde estão integradas as tipologias de Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção, assim como a Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR).

Também o caso da remodelação do antigo Hospital Condessa das Canas está enquadrado neste segmento de atuação da Instituição e que se deseja venha a ser direcionado para a componente da intervenção paliativa.

Já no que concerne ao Complexo Desportivo e Cultural, este é composto pelas diversas infraestruturas colocadas ao dispor da comunidade podendo, simultaneamente, ser utilizadas pela Instituição no âmbito das atividades promovidas para os seus utentes, designadamente o “Campo de Futebol Eng. Eduardo Ralha”, as “Piscinas Zé Miguel Coimbra” e o campo polivalente que lhe está associado.

Ainda nesta estrutura da Instituição está inserida A Academia Condessa das Canas, localizada na antiga Escola Adães Bermudes, sita no paço Grande, onde são promovidas diversas atividades de âmbito cultural, como o caso do Ballet e do canto, neste último caso através do Orfeon Maestro Alves Coelho, embora este ainda com a atividade suspensa.

De igual modo, a Instituição conta com a sua Igreja, classificada como monumento de interesse municipal, e onde se encontra localizado o órgão de tubos, sendo a sua utilização efetuado no âmbito de diversas iniciativas culturais.

A Igreja da Misericórdia, apesar de ter tido a abertura ao público condicionada nos anos da Pandemia, continua com uma utilização limitada, tanto mais de que foi alvo de um assalto, realizando-se contudo aí, as cerimónias religiosas da vida da Misericórdia, designadamente a Festa em Honra de Santa Isabel.

Também no campo da cultura, realce para o papel do jornal *A Comarca de Arganil*, título centenário e de importância significativa na historiografia contemporânea da região, contando com mais de 123 anos de existência e que abrange concelhos como Arganil, Góis, Pampilhosa



da Serra, Oliveira do Hospital, Tábua, Vila Nova de Poiares, Penacova, Lousã e Miranda do Corvo, correspondendo assim a uma amplitude de nove (9) concelhos.

3 | ACÇÕES REALIZADAS

Toda a atuação da Misericórdia tem sido pautada pela necessidade de dar resposta às carências manifestadas nas comunidades que serve, mas sem deixar de ter uma preocupação constante pela salvaguarda da sua sustentabilidade, algo que tem vindo a ser cada vez mais difícil de assegurar e compatibilizar.

Essa dificuldade é alimentada pelo constante aumento de custos e obrigações decorrentes da cooperação com o parceiro Estado, cujo nível de exigências não vem acompanhado pelo respetivo “envelope” financeiro.

No entanto, as capacidades de adaptação, inovação e flexibilização têm assegurado e contribuído para que os principais objetivos da Instituição sejam, paulatinamente, concretizados, designadamente o apoio aos seus utentes, mas até quando?

3.1. ÁREA DA COOPERAÇÃO COM O ESTADO – SEGURANÇA SOCIAL

A cooperação com o Estado, por via dos acordos de cooperação com a Segurança Social, é uma das mais antigas componentes da atuação da Misericórdia, isto após o 25 de Abril de 1974 e a consequente oficialização (nacionalização) do seu hospital.

Razão pela qual as respostas sociais de Lar de Idosos – ERPI, Centro de Dia, Centro de Atividades e Tempos Livres, e Serviço de Apoio Domiciliário, são hoje estruturas fundamentais no leque de serviços disponibilizados à comunidade, apoiando diariamente mais de 220 utentes.

3.1.1. LAR DE IDOSOS - ERPI

Reconhecida que foi, em Dezembro de 2021, a capacidade da resposta de Lar de Idosos – ERPI em 120 utentes, depois de um longo e demorado processo, a Instituição tem vindo a promover a sua rentabilização e utilização, agregando na atualidade 95 utentes com acordo celebrado, dos quais 10 correspondem às designadas vagas cativas.



As designadas vagas cativas, cuja ocupação depende da sinalização direta por parte dos serviços da Segurança Social, apresentam como valor 996,81€/utente/mês, deduzindo-se a este a eventual comparticipação do utente.

Embora este tipo de vagas possam assegurar alguma estabilidade nos níveis de ocupação da resposta social de ERPI, **o pagamento tardio das mesmas pelo parceiro Estado veio agudizar, ainda mais, a liquidez da tesouraria da Misericórdia**, em face do atraso significativo da transferência das verbas devidas.

Por outro lado, a comparticipação prevista para esta tipologia de vagas esteve aquém do custo médio real do utente registado no exercício de 2023.

Contudo, a grande novidade ocorrida no ano transato e relativa ao funcionamento do Lar de Idosos – ERPI, foi o **alargamento das designadas vagas hospitalares, passando de 4 para 6**, por via de acordo celebrado em Janeiro de 2023, e representando uma comparticipação da Segurança Social que pode ir até aos 1.300,00€/mês/utente, deduzindo-se a esse valor a eventual comparticipação do utente.

Este tipo de vagas hospitalares foram criadas pela Portaria 38-A/2023 de 2 de Fevereiro, e vieram consolidar/regulamentar as vagas criadas aquando da Pandemia – COVID19, para libertação de camas de unidades de saúde ocupadas por situações de natureza social.

No entanto, e apesar do valor estabelecido como referência de pagamento ser superior às designadas vagas cativas, **o seu pagamento pela Tutela é também ele desfasado** em relação à data da prestação dos serviços pela Instituição, aspeto que condiciona ainda mais a liquidez da tesouraria, pelo que, na atualidade, as duas tipologias de vagas (cativas e hospitalares) e apesar de representarem uma receita relativamente segura, retiram liquidez da tesouraria da Instituição, face aos atrasos dos pagamentos.

Ao longo do ano transato **foram apoiados nesta resposta social (Lar – ERPI) 155 utentes**, dos quais 101 pertenceram ao género feminino (65%), e 54 corresponderam ao género masculino (35%).

A média de idades foi de 84 anos, e o tempo médio de frequência da resposta é de 3,5 anos, realçando-se que o utente com mais tempo de permanência já leva 35 anos, sendo que **a média**



mensal de utentes que frequentaram a resposta de ERPI (com e sem acordo de cooperação) foi **de 107**, na medida em que alguns dos quartos duplos funcionaram como individuais.

Essa opção resultou, não apenas do pagamento fora de acordo de cooperação, mas de igual modo foi motivada pela receção de utentes que regressavam de internamentos hospitalares, carecendo de isolamento.

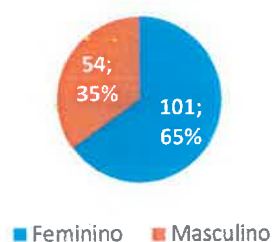


Gráfico n.º 1: Distribuição por género

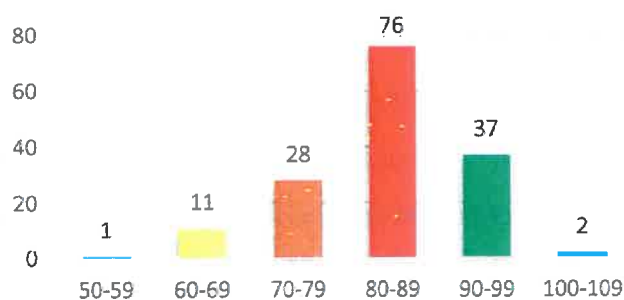


Gráfico n.º 2: Distribuição por grupo etário

3.1.2. RESPOSTAS SOCIAIS DE SAD/CENTRO DE DIA

Ao longo dos últimos anos a Misericórdia tem procurado dinamizar a introdução de inovações ao desenvolvimento da resposta social de SAD, com especial incidência na prestação de cuidados básicos de saúde (enfermagem/controle de medicação), ao mesmo tempo que promoveu o reforço da resposta com a componente de ação paliativa.

Atualmente, conta com uma capacidade autorizada de 40 utentes por parte do ISS/IP, mas destes apenas 25 estão contratualizados no âmbito da cooperação, sendo que ao longo de todo o ano foram apoiados 54 cidadãos, e obtida uma média mensal de 36 utentes.



Podemos assim considerar, que a atual resposta de SAD no contexto da Misericórdia de Arganil vai para além do definido na Portaria n.º 38/2013, de 30 de Janeiro, nomeadamente no seu artigo 2º, onde se estabelece que esta resposta social consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

No que concerne à frequência da resposta, e apesar da **média mensal ser de 36 utentes**, conforme já atrás referido, esta tem uma forte variação, tendo ocorrido no ano que findou um total de 22 admissões e idêntico número de saídas.

De realçar que dessas saídas, metade (11) traduziram-se na entrada em **outras respostas sociais**, designadamente Centro de Dia ou ERPI, o que revela o contributo do SAD para retardar a saída dos domicílios dos cidadãos.

Quanto ao género predominante a maior incidência ocorre no género feminino com 54% de utentes, com uma média de idades de 76 anos e provenientes de uma família do tipo nuclear sem filhos, conforme apresentado nas tabelas seguintes.

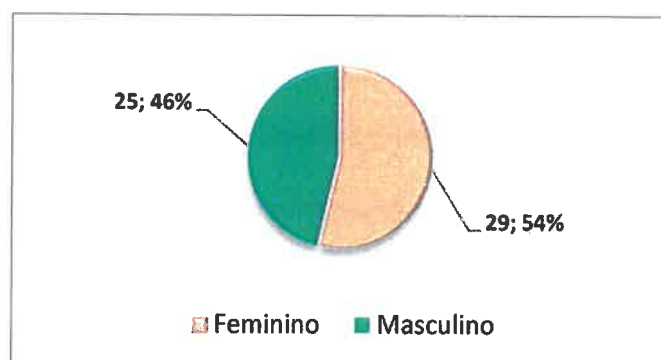


Gráfico n.º 3: Distribuição por género

Já a faixa etária mais representativa está balizada entre os 80 e os 89 anos, com 22 utentes apoiados ao longo de 2023, o que significa que com uma maior diversidade de serviços prestados é possível um efetivo contributo para o retardar da institucionalização.

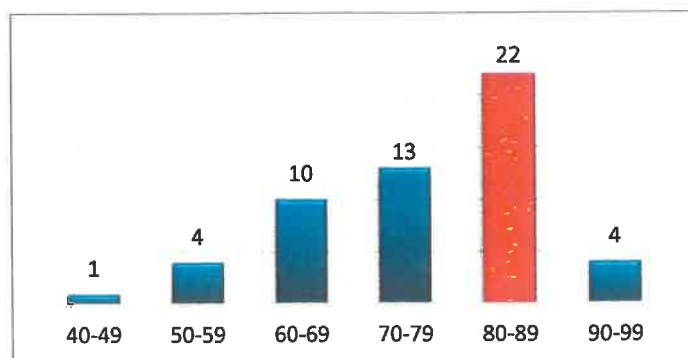


Gráfico n.º 4: Distribuição etária

No que respeita ao processo de integração, constata-se que os pedidos de admissão continuam, na sua maioria, a ser formulados pelas famílias, por necessidade de apoio.

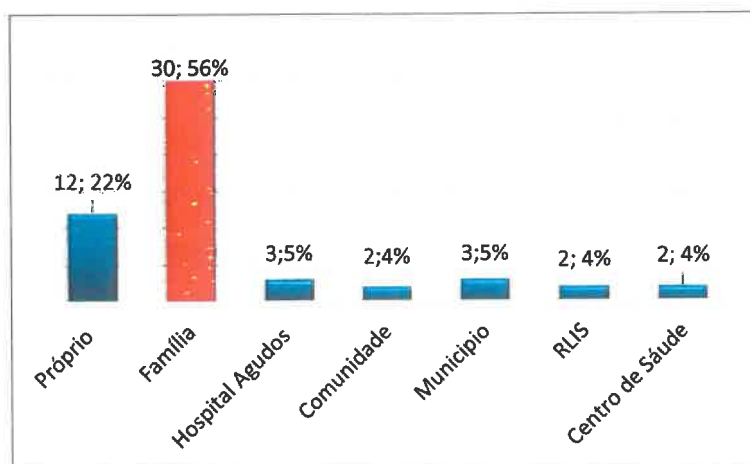


Gráfico n.º 5: Sinalizações

No que concerne aos níveis de dependência, aplicada a Escala de *Barthel*, verificou-se que a generalidade dos utentes se mantém autónomos, correspondendo a 59% (32).

Comparando com o ano de 2022, registou-se um aumento significativo no número de utentes com dependência e grande dependência.

Para além dos serviços tipificados na Portaria 38/2013, de 30 de janeiro, a Misericórdia tem procurado conjugar abordagens inovadoras e multidisciplinares, sustentadas na multidisciplinariedade da sua equipa técnica e o apoio de 6 ajudantes familiares.



Serviço	N.º Utentes	Quantificação
Administração Terapêutica	16	4625
Fornecimento de Refeições	41	10099
Cuidados de Higiene e Conforto Pessoal	21	4580
Higiene Habitacional	19	1007
Teleassistência	6	1639
Tratamento de Roupas	16	4102
Total	54	26052

Tabela n.º 1: Serviços prestados em SAD

Área Multidisciplinar	N.º Utentes	N.º Total de Diligências
Enfermagem	54	1262
Medicina	9	17
Neuropsicologia	26	126
Nutrição	13	25
Serviço Social	54	471
Terapia Ocupacional	22	231
Total	54	2132

Tabela n.º 2: Distribuição disciplinas de intervenção

Outro aspeto a frisar em relação ao SAD, foi, finalmente, a receção de uma viatura elétrica, resultante de candidatura apresentada ao PRR - Investimento RE-C03-I01 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais | RE-C03-i01.m04 – Mobilidade Verde Social, a qual foi aprovada e executada entre 27-05-2022 e 27-04-2023.

Através desta candidatura a SCMA adquiriu, em 14-04-2023, um Veículo Elétrico Ligeiro de Mercadorias com transformação, possibilitando a renovação da frota automóvel da Instituição com enfoque na sustentabilidade e preservação ambiental.



Foto n.º 2: Viatura elétrica com a respetiva equipa do SAD

Em relação à resposta social de Centro de Dia esta encontra-se suportada em dois acordos de cooperação, um relativo à sede e que contempla uma capacidade para 50 utentes e idêntico número em acordo de comparticipação pelo Estado, e um outro relativo à freguesia de Secarias, com uma capacidade autorizada de 41, mas com acordo de comparticipação apenas para 9 utentes.

Em relação à estrutura que funciona na sede da Instituição, a **média de frequência mensal** ao longo de 2023 foi de **18 utentes**, enquanto que no equipamento de Secarias a **média de frequência foi de 7 utentes**.

Podemos afirmar que a resposta social de Centro de Dia, e desde o período da pandemia e por impacto desta, tem sido aquela que tem manifestado maior dificuldade em retomar níveis de frequência anteriores, pelo que apenas agora dá sinais de alguma retoma, nomeadamente no equipamento sediado fisicamente nos serviços centrais da Misericórdia.

3.1.3. EQUIPA DE AÇÃO PALIATIVA

Tal como foi já referido em Relatórios de Exercícios anteriores, a Misericórdia tem vindo a desenvolver uma sensibilidade acrescida para situações cujas necessidades se situem ao nível da intervenção paliativa.



Razão pela qual, nos últimos anos a Instituição tem realizado uma aposta na área da ação paliativa, através do desenvolvimento de candidaturas junto de diversas entidades, preconizando uma intervenção mais holística no apoio aos cidadãos.

Dessa forma, e considerando a pretensão em acrescentar mais inovação ao SAD, mas de igual modo sem descuidar a necessidade de uma melhor rentabilização e gestão dos recursos desta resposta social, a componente de ação paliativa tem sido internalizada na referida estrutura.

Para tal, conta, para além dos recursos já elencados no item respetivo do SAD, com um médico e uma enfermeira, em regime de prestação de serviços e com experiência de trabalho no Instituto Português de Oncologia de Coimbra (IPO), que nos têm acompanhado nesta jornada.

Assim, ao longo de 2023 foram apoiados **9 utentes**, referenciados na sua maioria pelo CHUC – Equipa Intra Hospitalar de Suporte de Cuidados Paliativos, contribuindo esta abordagem para a manutenção de doentes com necessidades paliativas nos seus respetivos contextos domiciliários e evitando deslocações desnecessárias a meio hospitalar, ao mesmo tempo que promove a preparação atempada de eventuais internamentos, face à evolução da situação de cada um dos pacientes apoiados.

Ainda no ano transato foi implementado o Projeto “*Leveza no Cuidar*” que consiste na dinamização de um grupo de auto ajuda, destinado a promover o apoio psicológico junto dos cuidadores informais de utentes de SAD, cabendo à Neuropsicóloga o desenvolvimento desta iniciativa, tendo contado com a participação de 4 cuidadores informais e 8 sessões realizadas.

3.1.4. CATL E AAAF

A resposta de Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) tem funcionado ao longo dos últimos 18 anos no perímetro da Escola Básica de Arganil, mais precisamente no edifício D. Arminda Sanches, recebendo diretamente as crianças dessa mesma escola.

Esta resposta é suportada em Acordo de Cooperação celebrado com o ISS,IP, via Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra, na modalidade de extensão de horários e interrupções letivas, apresentando como capacidade 60 lugares.



Esses lugares são no entanto já insuficientes, face à procura com maior incidência nos últimos 2 anos letivos, razão pela qual se tem vindo a solicitar junto da autarquia elementos que possibilitem o pedido de revisão das capacidades junto da Tutela.

Assim, podemos dizer que o nível de frequência desta resposta social tem sido mantido nas 60 crianças, com uma média mensal semelhante, tendo sido apoiadas 66 crianças ao longo de 2023, entre entradas e saídas, sendo a média de idades de 7 anos.

Face ao número reduzido de lugares libertados anualmente, a rotatividade não tem sido muito significativa, até porque a entrada de crianças do Pré-escolar que existe no mesmo perímetro escolar acaba por esgotar, anualmente, os lugares disponíveis.

Por outro lado e no mesmo perímetro, a Instituição, em contexto de protocolo celebrado com a Câmara Municipal, assegura o funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), entre as 7h45 e as 9h, e depois a partir das 15h30 até às 17h30m, componente afeta ao pré-escolar.

Esta componente protocolada com a autarquia, possibilitou o apoio a 52 crianças ao longo de 2023, com uma média mensal de 49 utentes e uma média de idades de 4 anos.

Tem sido esta conjugação de recursos e parcerias que tem potencializado a continuidade dos serviços e a manutenção da resposta de CATL.

3.1.5. CANDIDATURAS APRESENTADAS PRR / PROCOOP

A Misericórdia elencou como prioridade a reabilitação do Hospital de Beneficência Condessa das Canas, tendo em vista a colocação do referido edifício ao serviço da comunidade e, simultaneamente, dotar a Instituição de novas competências e respostas capazes de contribuir para a sustentabilidade da mesma.

Considerando o investimento realizado, foi assumido ser indispensável o recurso a novas fontes de apoio para colocar tal espaço em funcionamento e devidamente equipado, razão pela qual se priorizou a apresentação de candidatura ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).



No entanto, a abertura de candidaturas sofreu enormes atrasos, e se inicialmente estas estavam previstas para final de 2022, apenas em 2023, e já no último trimestre, foi possível aceder a essa ferramenta, razão pela qual foi submetida candidatura em 30 de Outubro.

Assim, foi apresentada uma candidatura no valor global de trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e um euro e trinta e três cêntimos (345.641,33€), dos quais quarenta e três mil, duzentos e quarenta e um euros e trinta e três cêntimos (43.241,33€) correspondem a autofinanciamento.

A candidatura apresentada incidiu sobre a componente de equipamentos, quer de natureza hospitalar e quer de reforço dos serviços de apoio (Lavandaria e cozinha), assumindo a Instituição a contribuição dos encargos com a construção/reabilitação, tendo em vista majorar a avaliação da mesma, reduzindo a verba solicitada ao nível dos apoios a conceder.

Para suportar e justificar a submissão efetuada ao PRR, foram incluídas três tipologias de unidades, num total de 36 camas, reservando 4 para uso privado da Instituição.

Essas tipologias consistiram em Unidade de Cuidados Paliativos – 10 camas, Unidade de Convalescença – 12 camas, e por fim uma Unidade de Longa Duração e Manutenção – 14 camas.

Ao nível do PROCOOP foi, mais uma vez, submetida candidatura tendo como incidência a resposta social de SAD, procurando obter-se a majoração do funcionamento do serviço todos os dias da semana, incluindo fins-de-semana e feriados, bem como o aumento do número de utentes participados.

A referida candidatura, submetida em 22 de Setembro de 2023, visava o alargamento do número de utentes participados de 25 para 32, uma vez que a capacidade autorizada é de 40 pessoas, bem como a majoração dessa participação em 125% 20 utentes e em 145% os restantes 12.

Contudo, e uma vez mais, a mesma não obteve luz verde da tutela, tendo sido indeferida.

3.1.6. CANTINAS SOCIAIS E POAPMC

À semelhança do que tem vindo a suceder em exercício anteriores, a Instituição manteve a sua ação ao nível do apoio alimentar aos mais vulneráveis, designadamente através do Programa de



Emergência Alimentar (PEA), cuja contratualização foi renovada, materializada por via da continuidade das Cantinas Sociais, através do **fornecimento de 28 refeições diárias**.

Neste particular, e mediante diversas parcerias locais com outras Instituições de Solidariedade Social espalhadas pelo concelho de Arganil, foi possível manter o fornecimento de refeições confeccionadas, tendo sido fornecidas um total de 10096 refeições, das quais 47 extra acordo, o que representou uma **média mensal 420,66 refeições**.

Em termos de agregados familiares a **média mensal foi de 25**, o que correspondeu a um número médio de **28,75 beneficiários diretos por mês**.



Gráfico n.º 6: Refeições Protocoladas versus Fornecidas

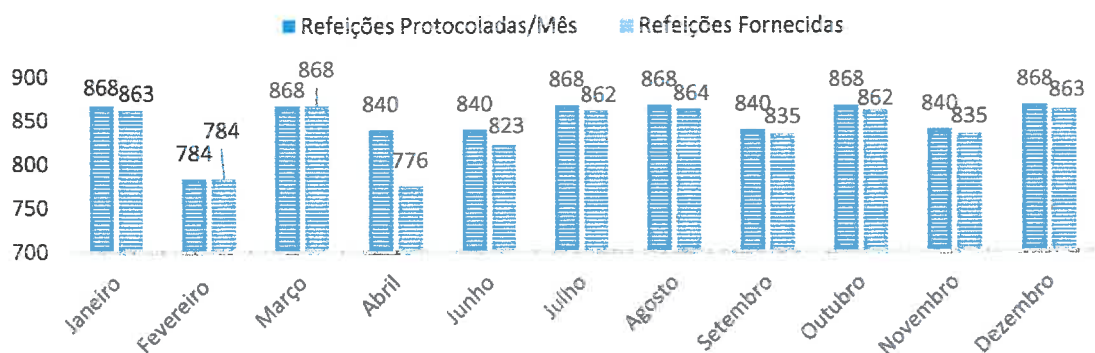


Gráfico n.º 7: Distribuição refeições fornecidas por Instituições

Ao nível do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) a Instituição manteve a sua colaboração até ao dia 30 de Novembro, a título excecional e mediante solicitação da Sr.ª Diretora do Centro Distrital de Coimbra, data a partir da qual terminou a sua participação, quer como entidade coordenadora e quer como entidade mediadora.



Assim, e aproveitando o fim do projeto, a Misericórdia entendeu não renovar a manifestação de interesse, operacionalizando a decisão já inscrita no Plano de Atividades para 2023 no que ao POAPMC diz respeito.

A saída do projeto prendeu-se com duas ordens de razão, a primeira devido ao desfasamento do apoio concedido pela Segurança Social, insuficiente para fazer face aos custos de execução do programa e ao desgaste resultante da sua operacionalização, e a segunda prendeu-se com o processo de transferência de competências para as autarquias, e que passou para segundo plano o papel das Instituições do Setor Social.

Não obstante a não continuação da Misericórdia na execução e coordenação do programa, podemos sublinhar o impacto positivo da medida, sem deixar de referir que esta poderia ter sido mais eficaz se associada a outros programas como foi o caso da Rede Local de Intervenção Social (RLIS), e onde as instituições tinham maior capacidade de sinalizar e monitorizar os potenciais beneficiários, ao invés da centralização na Segurança Social dessa função, suscitando, muitas vezes, uma perceção desadequada da comunidade em relação aos agregados apoiados.

No entanto, e no que concerne ao ano de 2023, a Misericórdia de Arganil, que tinha competências ao nível da coordenação da execução do POAPMC, assim como de entidade mediadora, possibilitou a cobertura de três territórios distintos.

Nesse caso, foi possível assegurar a cobertura nos concelhos de Arganil, Vila Nova de Poiares e Penacova, através da parceria com as Misericórdias congéneres aí existentes, o que possibilitou a receção e entrega de quase 70 toneladas de géneros alimentares (69,937), abrangendo mais de 380 beneficiários mensalmente e representando mais de 6 toneladas (6,35) por mês.

Coube à Misericórdia de Arganil a distribuição de 48% dessa quantidade, mais de 33 toneladas (33,455), a que correspondeu uma média mensal de cerca de 3 toneladas e apoiando mensalmente 182 beneficiários, isto apenas no concelho respetivo, sendo que apenas a Freguesia de Arganil tinha ativos 66 beneficiários, correspondendo a 30 agregados familiares.

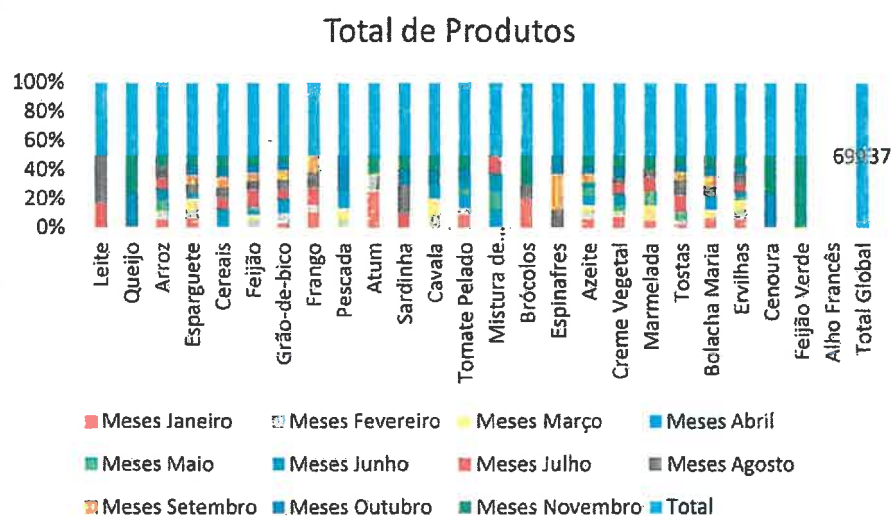


Gráfico n.º 8: Quantidades rececionadas

3.2. ÁREA DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO – SAÚDE / E OUTRAS ATIVIDADES ASSOCIADAS

A saúde tem sido uma área em expansão no seio da Instituição, conforme aliás prova a inauguração em 2006 do Hospital Dr. Fernando Valle, cuja atividade teve o seu início no ano seguinte e que passou a acolher 24 camas, as quais foram repartidas por duas tipologias de Cuidados Continuados, neste caso a Unidade de Média Duração e Reabilitação e a Unidade de Longa Duração e Manutenção.

Assim, a Misericórdia está motivada e interessada em reforçar a sua presença no âmbito da prestação de cuidados de saúde à comunidade, tanto mais que a rutura do Serviço Nacional de Saúde (SNS) abre portas a essa atuação, de uma forma complementar e numa lógica de parceria.

Por outro lado, a Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR), originária da antiga CLIFIARGUS, tem permanecido no panorama local como uma resposta essencial não apenas para o universo da Misericórdia, mas muito em particular para o concelho e as localidades adjacentes, resultado da convenção com o SNS, assim como dos protocolos de colaboração com as companhias seguradoras.



No entanto, a Misericórdia conta agora com a possibilidade de ampliar a sua capacidade de intervenção no campo da saúde, na medida em que tem agora disponível mais um espaço — o Hospital de Beneficência Condessa das Canas.

3.2.1. UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS – DR. FERNANDO VALLE

Tem sido com base no Hospital Dr. Fernando Valle que a Instituição tem conseguido assegurar uma resposta no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

Contudo, e apesar da importância desta RNCCI, não podemos deixar de referir o **crónico subfinanciamento do seu funcionamento**, resultante não apenas do aumento de custos de contexto, mas de igual modo da não atualização anual das verbas pagas pelo Estado (Ministérios da Saúde e Segurança Social), designadamente as decorrentes da taxa de inflação.

Exemplo disso foi o ano de 2023, em que a atualização dos valores apenas ocorreu em 2024, e ficou abaixo dos 7,8% estabelecidos no Índice de Preços ao Consumidor relativos a 2022, ou seja, foi apenas definido um incremento de 2,4%, bastante aquém das necessidades.

Outro aspeto a frisar foi o atraso de todo o processo de renovação/contratualização do funcionamento das tipologias instaladas no Hospital DR. Fernando Valle (término a 31 de Dezembro de 2023), situação que apenas veio a ser regularizada já em 2024, através da **renovação automática dos contratos, mediante circular/orientação emitida pelo ACSS**, mas cujos impactos ao nível dos pagamentos prolongaram-se para o novo ano.

Não obstante todos esses condicionalismos, a existência desta estrutura no seio da Instituição, e no contexto do território em que se insere, assegurou, desde 16 de Julho de 2007, cuidados de saúde e sociais a um total de **954** cidadãos utentes, distribuídos da seguinte forma: **749 na Tipologia de Média Duração e Reabilitação (UMDR)** e **205 na Tipologia de Longa Duração e Manutenção (ULDM)**.

No decurso do ano transato foram acolhidos na UCCI um total de **107 utentes**, dos quais **52** na tipologia de Média Duração e Reabilitação (UMDR) e **28** na tipologia de Longa Duração e Manutenção (ULDM), mantendo-se a prestação de cuidados aos utentes anteriormente admitidos.



Quanto à naturalidade dos utentes apoiados em 2023, na sua maioria foram originários da Região Centro do País, distrito de Coimbra, dos quais 33% da UMDR são naturais do concelho de Arganil e em ULDM aumenta para 53% essa mesma origem.

Registou-se contudo, a quantidade significativa de utentes apoiados em ambas as tipologias de internamento, fora do concelho de Arganil, bem como de fora do distrito de Coimbra, nomeadamente dos Distritos de Castelo Branco, Aveiro, Covilhã e Viseu, resultando daí como principal problema o afastamento geográfico de familiares e a dificuldade de articulação com serviços locais.

Referenciação

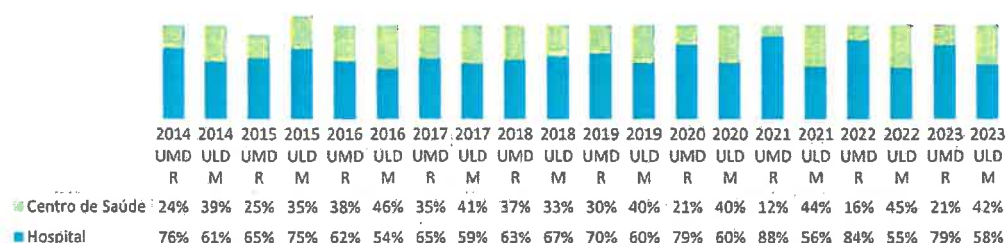


Gráfico n.º 9: Percentagem total de utentes apoiados de 2014 a 2023 por Referenciação

Quanto à referenciação por entidade, o gráfico n.º 10 demonstra que são os Hospitais Centrais, a entidade que mais encaminha os seus utentes para a tipologia de UMDR (79%), diminuindo para 58% em ULDM.

No que se refere à duração média de internamento esta diminuiu na UMDR, passando de 87,5 dias para 83 dias, o que significa uma maior taxa de eficácia na obtenção dos resultados.

Por outro lado, podemos afirmar que a mobilidade dentro da Rede, tem sido um dos grandes constrangimentos à redução do tempo de permanência na nossa Instituição, nomeadamente pela demora de resposta na transferência de tipologia, mas de igual modo a escassez e/ou inadaptabilidade de respostas sociais, aspetos que contribuem, decisivamente para a demora na obtenção de alta.



Demora internamento UMDR

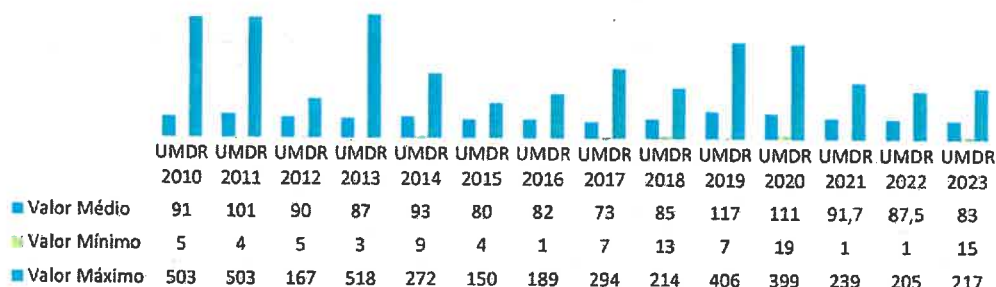


Gráfico n.º 10: Tempo médio de internamento na Tipologia de UMDR

Já na tipologia de ULDM tem sido possível constatar a diminuição dos dias de permanência, passando de 382,8 dias em 2022 para 238 dias em 2023.

Para tal terá contribuído um maior envolvimento das famílias e dos recursos da Rede social, sem esquecer o papel da própria Misericórdia que, através da conjugação das diversas respostas sociais de que dispõe contribui para assegurar algumas soluções.

No entanto, continuamos a registar a incapacidade de resposta da Segurança Social, nomeadamente no campo das vagas cativas em ERPI.

Demora internamento ULDM

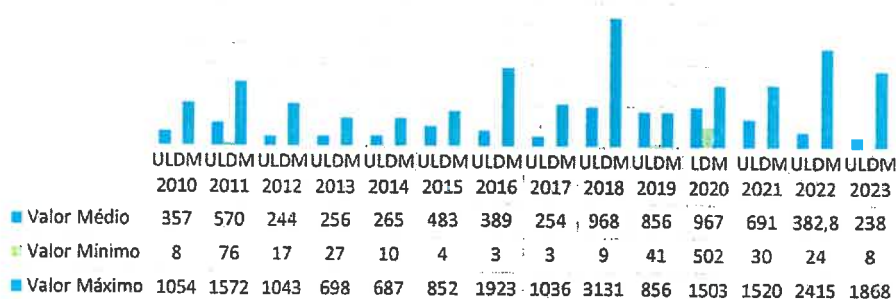


Gráfico n.º 11: Tempo médio de internamento na Tipologia de ULDM



Taxa de Ocupação

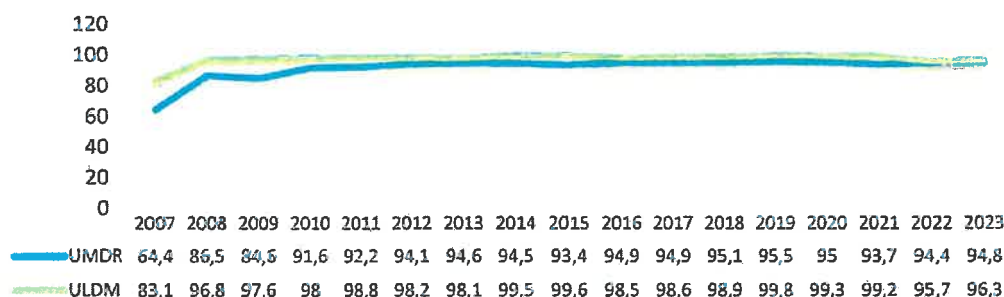


Gráfico n.º 12: Taxas de ocupação em ambas as tipologias de internamento de 2007 a 2023

No que se refere às taxas de ocupação, é possível registar que as mesmas têm sido mantidas acima de 85%, sendo que, no caso em concreto de 2023 quer a tipologia de ULDM (96,3%) e quer a tipologia de UMDR (94,8%), inclusive, melhoraram face a 2022.

No que concerne à análise mensal, é também possível registar os bons resultados obtidos, tendo ambas as tipologias inscritos valores acima dos 85%.

TAXA DE OCUPAÇÃO 2023		
MÊS	UMDR	ULDM
Janeiro	96.2%	99.7%
Fevereiro	97.3%	99.1%
Março	94.4%	100%
Abril	96.1%	97.8%
Maior	93.8%	95.4%
Junho	94.7%	93.9%
Julho	96.8%	96.2%
Agosto	93.3%	92.7%
Setembro	96.4%	100%
Outubro	95.2%	96.2%
Novembro	93.6%	92.8%
Dezembro	90.1%	91.9%
MÉDIA	94.8%	96.3%

Tabela n.º 3: Taxas de ocupação mensais



3.2.2. UNIDADE DE MEDICINA FÍSICA E DE REABILITAÇÃO

Ao longo de 2023 a preocupação radicou na recuperação dos índices de faturação dessa estrutura para o período pré-pandemia, o que não tem sido tarefa fácil, pois apesar das receitas desta estrutura terem suplantadas as obtidas em 2022, ainda continuam aquém dos níveis de 2019 e que nesse ano ultrapassaram os cento e trinta mil euros (130.000,00€).

Por outro lado, a concorrência local tem vindo a aumentar, com a abertura de inúmeros espaços que associam cuidados de reabilitação com técnicas de relaxamento, ginásticas e outras disciplinas mais alternativas.

Se a isso juntarmos a escassez de mão-de-obra qualificada, percebemos o quanto difícil tem sido operar a UMFR nestas condições, especialmente quando os valores convencionados com o Setor Estado estão longe de suprir os gastos de funcionamento.

Importa ainda referir que, no segundo semestre de 2023, a UMFR perdeu uma Terapeuta da Fala, inviabilizando de momento a manutenção dessa disciplina no portefólio de tratamentos, assim como ficou sem dois fisioterapeutas, situação que ainda não está totalmente resolvida, pois para já apenas foi admitido um profissional dessa área.

3.2.3. ESTÁGIOS DE ENFERMAGEM – ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

Mantendo uma política de parceria com diversas entidades formativas e de ensino, foi possível a realização de estágios no âmbito do Ensino Clínico em Situações de Défice no Autocuidado, em estreita colaboração com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra.

Através dessa parceria, assegurou-se o contacto direto com as pessoas em contexto específico de prestação de cuidados, com as equipas de saúde e com a pessoa no seu ambiente natural, algo estruturante e fundamental para a construção da identidade de um profissional de enfermagem, mas de igual modo o desenvolvimento das suas competências profissionais e pessoais.

Assim, o Hospital Dr. Fernando Valle acolheu, mais uma vez e repetindo esta colaboração desde 2020, vários estudantes do 2º ano do Curso de Licenciatura em Enfermagem, distribuídos pelos seguintes períodos:

- De 03/01/2023 a 27/01/2023: 6 estudantes



- De 06/02/2023 a 31/03/2023: 6 estudantes

- De 21/11/2023 a 31/12/2023: 6 estudantes



Foto n.º 3: Ensaio Enfermagem

3.3. REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS

Rentabilizando os recursos existentes na Instituição, nomeadamente o pessoal afeto à Área de Manutenção e Logística, foi possível reabilitar alguns espaços no interior do Complexo Social – Lar Comendador Cruz Pereira, designadamente instalações sanitárias e salas de atividades.

Por outro lado, e ainda no campo da reabilitação dos espaços existentes, a ala ocupada aquando da Pandemia, foi alvo de uma intervenção que possibilitou a instalação de uma sala de reuniões e de um novo gabinete destinado à área jurídica, sem esquecer a remodelação da cobertura do espaço da manutenção.



Foto n.º 4: Requalificação I.S. (antes)



Foto n.º 5: Requalificação I.S. (depois)



Foto n.º 6: Requalificação I.S. (antes)



Foto n.º 7: Requalificação I.S. (depois)



Foto n.º 8: Colocação cobertura Manutenção



Foto n.º 9: Criação sala de reuniões

Importa referir que a nova sala de reuniões, agora destinada à Mesa Administrativa, tem ainda como função preservar o espólio do Sr. Prof. José Dias Coimbra, composto por um conjunto de objetos reunidos ao longo da sua função, durante quatro décadas, como Provedor da Misericórdia.

Será pois um espaço com dupla função, preservar a memória e, simultaneamente, manter uma funcionalidade de trabalho.



Foto n.º 10: Criação sala de reuniões Prof. Coimbra



Foto n.º 11: Reabilitação Salas atividades



3.4. ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS

A Academia Condessa das Canas continua a ser o Pólo aglutinador da ação da Misericórdia no campo da cultura, conjuntamente com o jornal *A Comarca de Arganil*, abrangendo diversos territórios da nossa região.

Se considerarmos uma avaliação tendo por base o ano letivo 22/23, podemos destacar o aumento significativo da atividade da Academia, envolvendo mais de 100 alunos, muito impulsionada pela disciplina do Ballet, que funciona sob a “batuta” da Prof.^a Tamára Simão, culminando na participação e presença das suas alunas de grau 5 nos exames da *Royal Academy of Dance*, onde todas obtiveram distinção elevada.

Dessa forma, e no que diz respeito ao Ballet Clássico, foram efetuados 5 grandes espetáculos, a saber: “*Cinderella*” (no Centro Cultural de Tábua); “*Espetáculo de Comemoração do Dia Mundial da Dança*” (Cerâmica Arganilense), “*O Lago Dos Cisnes*” (Mata das Misericórdias e Centro Cultural de Tábua) e “*Lady Mcbeht*” na Capela de S. Pedro em Arganil.

A Academia de Ballet apresentou ainda, em parceria com a TEIA, o espetáculo “*Soldadinho de Chumbo*”, e com o Grupo Folclórico da Região de Arganil apresentou o espetáculo “*Bailar com Tradição e emoção*”, culminando depois com a Gala de Natal em colaboração com a Danç’ART Studio.

A Academia de Ballet foi também convidada a participar em diversas outras atividades pelo Município de Arganil, Tábua, Góis, Tarouca e Tomar, tendo dinamizado inúmeros workshops na academia e atividades com algumas IPSS e Associações Juvenis, apoiando a participação de algumas.

Para além das atividades já enunciadas, destacam-se ainda outras disciplinas em funcionamento na antiga Escola Adães Bermudes, sede da Academia, como sendo o Hip-Hop; o Kempo-Karate e o Yoga.



Foto n.º 12: O Lago dos Cisnes exibido na Mata das Misericórdias - Festas de Santa Isabel

3.5. A COMARCA DE ARGANIL

Mantendo uma presença ativa em nove concelhos da região (Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra, Oliveira do Hospital, Tábua, Penacova, Vila Nova de Poiares, Lousã e Miranda do Corvo) o jornal - *A Comarca de Arganil* - continuou a realizar a cobertura noticiosa das comunidades locais, sem descurar o estímulo à discussão dos temas da atualidade, através de uma informação cuidada e atenta.

Não obstante a componente informativa, A Comarca manteve a aposta no lançamento e patrocínio de algumas obras literárias ou biográficas, tendo em 14 de Janeiro apresentado a obra "*Poemas ao acaso*" (impresso e editado em 2022) da autoria de Lino Salgueiro (Pseudónimo de Avelino Pedroso), bem como o livro "*Um Orgulho Desmedido*" dedicado a José Dias Coimbra e cujo lançamento apenas ocorrerá em 2024 (em data a anunciar), apesar de concluído ainda em 2023.

Outro aspeto presente na vida do jornal foi o seu contributo para a promoção e divulgação de diversas iniciativas locais e regionais de solidariedade ou de preservação de edificado, destacando-se aqui o apoio dado à recuperação da Capela do Menino Jesus da Ladeira, não apenas anunciando esse objetivo nas suas páginas, como fazendo chegar também donativos.

Importa também referir que a média de assinantes obtida ao longo dos quadrimestres está consolidada em 1918 (incluindo os nacionais e os internacionais), a que acresce uma média de 40 assinantes da edição online.



No ano de 2023 foram ainda impressos 51 números do título, correspondendo a cento e quatro mil, e novecentas impressões (104900), com uma tiragem média mensal de dois mil e cinquenta e sete (2057).



Foto n.º 13: Abertura da Capela do Menino Jesus da Ladeira

3.6. ORGANIZAÇÃO / PARTICIPAÇÃO DA MISERICÓRDIA EM EVENTOS VÁRIOS E PARCERIAS

Como vem sendo hábito, a Misericórdia assegurou presença num conjunto de certames e eventos, com destaque para a Feira do Mont'Alto, a FICABEIRA, a Feira das Freguesias, a Feira de S. Miguel, a Semana Santa em Braga, entre outros.



Foto n.º 14: Inauguração FICABEIRA 2023

De igual modo, organizou a cerimónia de tomada de posse dos seus Órgãos Sociais, no dia 20 de Janeiro, decorrente do ato eleitoral realizado em Dezembro de 2022, e prestou homenagem, no dia 9 de Fevereiro, a dois colaboradores falecidos ao serviço da causa pública, Dr. Enéscio Gama e Sebastião Gonçalves, que passaram a ter numa das salas no reabilitado Hospital de Beneficência Condessa das Canas a evocação desse acontecimento.

Em Abril, mais precisamente no dia 1, a Instituição organizou e acolheu concerto de Páscoa em parceria com a autarquia e no dia 7 de Outubro recebeu o primeiro concerto do ciclo de Órgão



de Tubos de Outubro da Região de Coimbra, promovido pela Fundação INATEL, ambos tendo como pano de fundo a sua Igreja.



Poster n.º 1: Anúncio Ciclo de Outubro – Órgão de Tubos



Foto n.º 15: Homenagem Enéscio Gama e Sebastião Gonçalves



Foto n.º 16: Participação na Semana Santa de Braga



Também as festas em Honra de Santa Isabel, Nossa Senhora da Visitação, mereceram a atenção e dedicação da Misericórdia, ocupando o primeiro fim-de-semana de Julho (dias 1 e 2), com uma agenda mais variada e distinta face a anos anteriores.

Assim, no Sábado dia 1 de Julho, procedeu-se à cerimónia de entrega de donativo da Misericórdia à Fabrica da Igreja de Arganil, no valor de dois mil e quinhentos euros (2.500,00€) para manutenção da Capela dos Mello (pertença da Instituição) e para a realização de obras na Capela do Menino Jesus da Ladeira.

De realçar que o donativo em causa insere-se no programa de evocação do centenário de transladação dos restos mortais dos Condes das Canas, designadamente da Condessa (benemérita da Misericórdia), e cujo ponto alto ocorrerá em 2024.

Ainda no âmbito das celebrações das festividades em honra de Santa Isabel, a Misericórdia recebeu alguns convidados, nomeadamente Provedores de outras Misericórdias, ofertando-lhes um jantar de boas vindas, terminando a noite do dia 1 de Julho com o magnifico espetáculo “O Lago dos Cisnes” na Mata das Misericórdias, registando-se uma enorme participação popular.

Já no segundo dia, dia 2 de Julho, tiveram lugar as tradicionais cerimónias religiosas com a presença da comunidade, quer na celebração da Eucaristia, presidida pelo Reitor de Arganil, Padre Lucas Pio, quer incorporando a procissão pelas ruas da Vila de Arganil.



Foto n.º 17: Concerto de Páscoa na Igreja da Misericórdia



Foto n.º 18: Entrega Donativo Fábrica da Igreja de Arganil – Festa de Santa Isabel



Foto n.º 19: Procissão pelas Ruas de Arganil



Foto n.º 20: Feira de S. Miguel (Secarias)

Também a receção às Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ), e aos símbolos destas no dia 1 de Agosto, bem como o apoio prestado durante a primeira semana desse mês ao nível do fornecimento de refeições, foram motivos de regozijo para a Instituição, que assim se associou à vinda do Papa Francisco a Portugal para presidir ao maior evento da juventude do mundo católico.



Foto n.º 21: Receção JMJ

Por volta da mesma data (31 de Julho a 4 de Agosto), a Misericórdia assegurou o apoio à realização da terceira edição do Estágio do Açor, promovido pela Associação Filarmónica de Arganil, através do fornecimento de refeições a um grupo de jovens composto por cerca de 80 pessoas, mais os formadores/professores.



Poster n.º 2: Anúncio do III Estágio do Açor

A presença da Misericórdia em atividades referentes a outras Instituições congéneres foi uma componente importante para a afirmação do espírito de parceria, exemplificando-se com a presença, no dia 18 de Agosto, na *VIII Peregrinação das Misericórdias ao Divino Senhor da Serra* promovido pela Santa Casa de Semide, sita no concelho de Miranda do Corvo, ou mesmo no lançamento das obras da nova ERPI da Misericórdia de Fátima, no dia 23 de Setembro, onde foi atribuída a medalha da Instituição à congénere de Fátima-Ourém.



Foto n.º 22: Lançamento da primeira pedra da nova ERPI da Misericórdia de Fátima

Por último, e sem descurar outras iniciativas realizadas pela Misericórdia, importa salientar a realização de uma conferência mais intimista (Tertúlia) sob o tema - “*O olhar do Setor Social sobre a Ação Paliativa*”, no dia 13 de Novembro, destinada à abordagem da prestação de cuidados paliativos e o papel de vários profissionais junto dos pacientes em situação terminal no âmbito da atuação das Instituições de Solidariedade.



Foto n.º 23: Tertúlia “O olhar do Setor Social sobre a ação paliativa”

Ao nível das parcerias a Instituição manteve a sua postura de abertura à colaboração com diversas entidades, pois para além do apoio conferido à realização da III Edição do Estágio do Açor, ou mesmo a receção e o acolhimento aos jovens no âmbito das Jornadas Mundiais da Juventude, destaque para a participação no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Arganil, onde ocupou, e ocupa, um lugar de representante da comunidade.

Nesse cenário de colaboração com a comunidade educativa, assegurou a manutenção do patrocínio do Prémio de excelência e Mérito, no valor de duzentos e cinquenta euros (250,00€), bem como o Prémio Jorge Paiva, no montante de mil euros (1.000,00€), este último entregue no dia 20 de Maio em Góis.

Antes disso a Misericórdia acolheu, no dia 4 de Janeiro o já habitual corta mato escolar, com a presença da grande maioria dos alunos do Agrupamento de Escolas de Arganil.



Foto n.º 24: Prémio Jorge Paiva em Góis

Para além da colaboração com o Agrupamento de Escolas de Arganil, a Instituição tem mantido diversas parcerias, tendo lugar no Conselho Local de Ação Social (CLAS), no Núcleo Local de Intervenção (NLI), assim como colabora com diversas entidades públicas e privadas.

3.7. COLABORAÇÃO SECRETARIADO REGIONAL DE COIMBRA E PARTICIPAÇÃO PLATAFORMA SOMOS TODOS MISERICÓRDIA

O posicionamento da Misericórdia nas últimas décadas tem sido a de contribuir e assegurar uma intensa colaboração com as estruturas regionais de representação das Santas Casas, isto no âmbito do Setor Social.

Para esse efeito, disponibilizou apoio técnico, assegurando a função de assessoria técnica, através do seu Diretor Geral, bem como apoio logístico em diversas componentes (correspondência, deslocações; apoio às reuniões do Secretariado Regional e Conselho Distrital, participação nas Comissões Distritais da Segurança Social).



Foto n.º 25: Reunião Conselho Distrital de Coimbra

No entanto, o ano de 2023, no contexto da representação do Setor Social, foi decisivamente marcado pela promoção, por parte da Misericórdia de Arganil, de uma candidatura aos Órgãos Nacionais da União das Misericórdias Portuguesas (UMP).

Nesse aspeto, e por força do previsto nos Compromissos da Misericórdia, onde está estabelecido que é um membro de pleno direito da UMP, da qual foi membro fundador em 1976 no Congresso de Viseu, a Instituição (Mesa Administrativa, Conselho Fiscal e Assembleia Geral), mobilizou-se para que a partir do movimento “Somos Todos Misericórdia”, pudesse surgir uma candidatura alternativa à liderança do Dr. Manuel de Lemos.



Logotipo do Movimento Somos Todos Misericórdia

Este movimento percorreu o País, realizando reuniões e encontros com mais de 230 Misericórdias, exigindo um esforço muito significativo por parte do elemento designado pela Mesa Administrativa, conjuntamente com outros membros de outras Santas Casas.

A Misericórdia de Arganil disponibilizou recursos logísticos, mas também técnicos, suportando uma parte dos custos e desenvolvendo internamente documentos destinados à comunicação



do movimento, que veio a desembocar numa candidatura liderada pelo atual Provedor da Misericórdia da Pampilhosa da Serra e atual Presidente do Secretariado Regional de Coimbra.

E assim foi, sob o lema *“Devolver a UNIÃO às Misericórdias”* nasceu uma candidatura que contou como mandatário o Vice-provedor desta Instituição e o Presidente do Conselho Fiscal/Definitório integrou a lista como candidato efetivo.

Como resultado de todo este esforço, foi possível registar mudanças no contexto do Setor Social e uma tomada de consciência perante uma dura realidade que sufoca a existência das Misericórdias e outras Instituições de Solidariedade Social, que cada vez mais registam um galopante aumento de custos e exigências, sem que o parceiro Estado contribua com o pagamento do justo valor pelos serviços prestados. Estamos convictos de que já nada será igual.

3.8. PROJETO CASA COM VIDA(R)

A ideia de dotar a Instituição com novas abordagens do processo de envelhecimento deu origem ao projeto batizado com o nome de *“Casa Com Vida(R)”*.

Para tal, foi desenvolvida uma candidatura, submetida em 28/04/2023, aos Prémios BPI Fundação “La Caixa”| Seniores 2023, visando implementar um modelo de intervenção diferenciador e inovador com vista a potenciar, ou preservar, as capacidades cognitivas, motoras, sensório-percetivas e sociais, recorrendo a ambientes terapêuticos que contribuam para um envelhecimento ativo e saudável e, desta forma, melhorar a qualidade de vida dos utentes.

Como resultado dessa candidatura, foi celebrado Protocolo de Colaboração, vigorando entre 02/11/2023 e 28/02/2025, com uma dotação financeira de 30.320,00 euros.

No que respeita ao processo de execução foram desenvolvidas, já em 2023, as seguintes atividades:

1. Participação na cerimónia de Entrega de Prémios realizada em 27/11/2023, no Porto;
2. Pedido de orçamentos destinados à requalificação dos espaços a adaptar para ambientes terapêuticos;



3. Avaliação inicial de 56 dos 121 utentes a envolver no Projeto;
4. Adoção do cão destinado a desenvolver Terapia Assistida por Animais.



Foto n.º 26: Cerimónia de entrega de Prémio BPI | Fundação La Caixa

3.9. DIVERSAS ATIVIDADES PARA OS UTENTES

Sem prejuízo da leitura do Relatório referente às atividades realizadas para os utentes e que segue em anexo ao presente documento, importa referir que a Instituição promoveu um sem número de ações destinadas à valorização e bem-estar dos cidadãos integrados nos diversos equipamentos da Misericórdia.

Essas atividades variavam entre ações de maior regularidade e ações relacionadas com datas específicas, cujo simbolismo implicava uma dinâmica diferenciada.

No âmbito das atividades cuja execução radicava na regularidade semanal/mensal destaque para: atividades de estimulação cognitiva, sensorial e de promoção da mobilidade; passeios; atividades de vida diária (limpeza, arrumação, compras, etc); atelier de costura; celebração dos aniversários; jardinagem; culinária; hidroginástica; etc.



Fotos n.ºs 27,28 e 29: Atividades Diversas: mobilidade e estimulação sensorial e cognitiva



Fotos n.ºs 30, 31 e 32: Atividades Diversas - culinária, costura, jardinagem



Fotos n.ºs 33 e 34: Atividades Diversas – hidroginástica, sessões fotográficas



Fotos n.ºs 35 e 36: Atividades Diversas – Passeios e Atividades de Vida Diária



Foto n.º 36: Celebração de aniversários



Fotos n.ºs 38, 39 e 40: Datas simbólicas – semana dos afetos, dia da mãe, Páscoa



Fotos n.ºs 41 e 42: Datas simbólicas – Festa de Natal e dia da Rádio



Fotos n.ºs 43, 44, 45 e 46: Datas simbólicas – Dia do sorriso, S. João, Feira das Freguesias, dia do pai, Feira de S. Miguel

3.10. AÇÕES JUDICIAIS

A Misericórdia não procura o conflito, no entanto, nos últimos anos, teve de proceder à abertura de um conjunto de ações tendo em vista acautelar os interesses da Instituição, com destaque para as duas ações desencadeadas contra a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), das quais uma delas (pagamento de rendas do espaço ocupado por essa entidade no antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas) teve significativo impacto no resultado do exercício de 2023.

Essas ações correm a sua tramitação em diferentes tribunais, de acordo com a natureza das mesmas.



Assim, no Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra (juízo de competência genérica de Arganil) foi proferida decisão de primeira Instância ainda em 2023, mas que veio a ser objeto de recurso para o Tribunal da Relação de Coimbra pela ARSC, e referente ao N/pagamento de rendas que a Misericórdia entende serem lhe devidas.

Já a segunda ação corre a sua tramitação no Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra, mas no Juízo Central Cível de Coimbra, reportando à questão de direito de superfície e referente ao espaço cedido para a construção do novo Centro de Saúde e à ocupação indevida por parte da entidade pública de área superior ao autorizado pela Assembleia Geral da Instituição.

Nesta última ação contra a ARSC, podemos referir que foi realizada a primeira audiência no dia 5 de Dezembro de 2023, audiência esta suspensa tendo em vista ser celebrado eventual acordo / transação entre as partes, o que ainda não foi alcançado, apesar da disponibilidade demonstrada pela Misericórdia.

De igual modo, a Misericórdia tem duas ações em curso relativas ao Instituto de Segurança Social (ISS,IP), uma relativa à questão das comparticipações de Centro de Dia e outra relacionada com os prestadores de serviço (enfermagem) na Misericórdia.

Em relação à Segurança Social, conforme descrição em baixo melhor elaborada, a Misericórdia impugnou judicialmente para o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra liquidação do ato referente à classificação de prestadores de serviços pela Segurança Social como trabalhadores (enfermeiros/fisioterapeuta), bem como impugnação judicial de ato administrativo de reposição de verbas relativas à resposta social de Centro de Dia por frequência de utentes de diferentes áreas geográficas (Secarias – Sede).

Nestas ações reportadas à Segurança Social, o exercício de 2021 procedeu já ao aprovisionamento de verbas relativas à ação dos prestadores de serviço (110.166,35€) e, em relação ao Centro de Dia, o exercício de 2022 procedeu de igual modo ao respetivo provisionamento (100.704,82€).

De valores inferiores existem ainda mais duas ações a decorrer, sendo que ambas aguardam desfecho, sendo uma relativa à empreitada de remodelação e requalificação da cozinha do Lar



de Idosos e Centro de Dia, aguardando-se julgamento, e uma outra referente à entrega de imóvel à Instituição e que aguarda sentença, sendo a Misericórdia a autora em ambas.

Resumo das ações:

A. SCMA COM ARSC, IP

Nº Processo: Processo nº 166/20.3T8AGN.

Tribunal: Judicial da Comarca de Coimbra (Juízo de Competência Genérica de Arganil).

Espécie: Ação Declarativa de Condenação.

Valor da Ação: € 45 999,61.

Estado atual do processo: Aguarda a marcação de julgamento.

Notas adicionais:

- 1) A SCMA interpôs ação declarativa de condenação contra a ARSC, IP, pedido, além do mais, a condenação desta a pagar-lhe o valor de € 4.736,51/mês, desde fevereiro de 2020 e até à data em que se mantiver o contrato de arrendamento de 06/04/1982, ainda vigente, sem prejuízo das atualizações anuais de renda, os respetivos juros moratórios até integral pagamento, bem como o pagamento de uma indemnização de 20% dos valores cujo pagamento omitiu;
- 2) Na data de 31 de Dezembro existia já decisão de 1ª Instância favorável à pretensão da Misericórdia, no entanto, a ARSC apresentou recurso à Relação de Coimbra;
- 3) Existe possibilidade de o tribunal vir a julgar procedente a ação, estimando-a em 50%;
- 4) Caso a ação seja julgada totalmente improcedente, a SCMA terá apenas como encargo o pagamento de custas judiciais, incluindo as de parte.

B. SCMA COM ARSC, IP

Nº Processo: Processo n.º 4694/20.2 T8CBR.

Tribunal: Judicial da Comarca de Coimbra (Juízo Central Cível de Coimbra – Juiz 1).

Espécie: Ação Declarativa de Condenação.

Valor da Ação: € 1.948.482,60.

Estado atual do processo: Aguarda realização de nova Audiência.

Notas adicionais:

- 1) A SCMA interpôs ação declarativa de condenação contra a ARSC, IP, pedido, além do mais, o reconhecimento de uma propriedade, a condenação da ré a restituir-lhe uma área por ela ocupada sem título e a condenação desta a pagar-lhe uma indemnização de



€ 265.680,00, pela demolição do “Pavilhão Maria Augusta”, e ainda de uma indemnização de € 5,99/m²/dia, sendo o valor de € 7.546,20/mês, desde 02/04/2022 até à data em que vier a ocorrer a restituição, bem como os respetivos juros moratórios até efetivo e integral pagamento;

2) Aguarda a realização de nova audiência, depois de suspensa a agendada para 5 de Dezembro, para eventual celebração transação / acordo;

3) Existe possibilidade de o tribunal vir a julgar procedente a ação, estimando-a em 50%;

4) Caso a ação seja julgada totalmente improcedente, a SCMA terá apenas como encargo o pagamento de custas judiciais, incluindo as de parte.

À data de 31/12/2023 todas as contas apresentadas referentes a estas ações estavam devidamente satisfeitas.

A. SCMA COM INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA)

Nº Processo: Processo nº 134/22.0BECBR (Unidade Orgânica 2).

Tribunal: Administrativo e Fiscal de Coimbra.

Espécie: Impugnação Judicial de Liquidação.

Valor da Ação: € 72 807,83.

Estado atual do processo: Concluída a fase de articulados.

Notas adicionais:

1) A SCMA interpôs ação de impugnação de liquidação do ato para pagamento de € 72.807,83 (setenta e dois mil oitocentos e sete euros e oitenta e três cêntimos), e respetivos juros de mora, a apurar à taxa legal, até ao seu integral pagamento, relativamente a liquidação oficiosa de contribuições (de prestadores de serviços que a SS qualificou como trabalhadores);

2) Concluída a fase de articulados;

3) Existe possibilidade de o tribunal vir a julgar procedente a ação, estimando-a em 50%;

4) Caso a ação seja julgada totalmente improcedente, a SCMA deverá ter de pagar os referidos € 72.807,83 (setenta e dois mil oitocentos e sete euros e oitenta e três cêntimos), acréscimos legais (juros) e custas do processo.



B. SCMA COM INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA)

N.º Processo: Processo n.º 0601202200007200 e Apensos.

Tribunal: inaplicável [Secção de Processo Executivo de Coimbra do IGFSS].

Espécie: Execução.

Estado atual do processo: Execução Suspensa.

Notas adicionais:

- 1) Execução do ato de liquidação para pagamento de € 72.807,83 (setenta e dois mil oitocentos e sete euros e oitenta e três cêntimos), e respetivos juros de mora, a apurar à taxa legal, até ao seu integral pagamento, relativamente a liquidação oficiosa de contribuições (de prestadores de serviços que a SS qualificou como trabalhadores), impugnado judicialmente no âmbito do processo n.º 134/22.0BECR (UO 2 do TAF de Coimbra);
- 2) Execução suspensa, uma vez que a SCMA apresentou a garantia bancária n.º 71000545385 até ao limite global máximo de € 110.166,35, emitida pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL;
- 3) Desfecho da execução depende da decisão final com trânsito em julgado que vier a ser proferida no âmbito do processo n.º 134/22.0BECR (UO 2 do TAF de Coimbra).

C. SCMA COM INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA)

N.º Processo: Processo n.º 201900211682 e apensos.

Tribunal: inaplicável [Secção de Processos de Contraordenações do ISS, IP - CDC].

Espécie: Processo de Contraordenação.

Valor da Ação: inaplicável.

Estado atual do processo: Suspenso.

Notas adicionais:

- 1) Processo de contraordenação relacionado com o fundamento para a emissão do ato de liquidação oficiosa de contribuições (de prestadores de serviços que a SS qualificou como trabalhadores);
- 2) Processo suspenso, uma vez que a SCMA impugnou o referido ato de liquidação no âmbito do processo n.º 134/22.0BECR (UO 2 do TAF de Coimbra);
- 3) Desfecho do processo depende da decisão final com trânsito em julgado que



vier a ser proferida no âmbito do processo n.º 134/22.0BECR (UO 2 do TAF de Coimbra), sem prejuízo de no mesmo ainda não ter sido apresentada defesa administrativa e não haver decisão administrativa, mormente condenatória.

D. SCMA COM INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA)

N.º Processo: Processo n.º 222/22.3BECBR (Unidade Orgânica 1).

Tribunal: Administrativo e Fiscal de Coimbra.

Espécie: Ação Administrativa de impugnação de ato administrativo.

Valor da Ação: € 92 929,82

Estado atual do processo: Aguarda decisão Recurso.

Notas adicionais:

- 1) A SCMA interpôs ação administrativa de impugnação do ato administrativo da Sra. Diretora do Instituto da Segurança Social, I.P. (Centro Distrital de Coimbra), datado de 2022/03/02, para restituição de € 92 929,82 (noventa e dois mil novecentos e vinte e nove euros e oitenta e dois cêntimos), relativamente às respostas sociais do Centro de Dia localizado na sede (Arganil) e do Centro de Dia localizado em Secarias;
- 2) Proferida sentença em 1ª Instancia, dando razão 80% Segurança Social e 20% Instituição, tendo sido já apresentado recurso;
- 3) Existe possibilidade de o tribunal vir a julgar procedente a ação, estimando-a em cerca de 50%;
- 4) Caso a ação seja julgada totalmente improcedente, a SCMA deverá ter de restituir os referidos € 92 929,82 (noventa e dois mil novecentos e vinte e nove euros e oitenta e dois cêntimos), acréscimos legais (juros) e custas do processo.

E. SCMA COM INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA)

N.º Processo: Processo n.º 201800122656 e apensos.

Tribunal: inaplicável [Secção de Processos de Contraordenações do ISS, IP - CDC].

Espécie: Processo de Contraordenação.

Valor da Ação: inaplicável.

Estado atual do processo: Instrução administrativa.

Notas adicionais:

- 1) Processo de contraordenação relacionado com a alegada prática de 4 (quatro)



contraordenações, no qual a SCMA foi notificada para pagar € 7.775,00 [€7.750,00 de 4 coimas e € 25,00 de custas];

- 2) A SCMA apresentou defesa administrativa, pugnando, em primeira linha, pelo arquivamento do processo e/ou absolvição da arguida;
- 3) Aguarda-se o agendamento de diligências requeridas na/pela defesa;
- 4) Caso o ISS, IP venha a proferir decisão administrativa condenatória, esta decisão é suscetível de impugnação judicial.

À data de 31/12/2023 todas as contas apresentadas e referentes a estas ações estavam devidamente satisfeitas.

Nº Processo: 226/20.0BECBR

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra

Espécie: Ação Declarativa de Condenação por incumprimento de empreitada.

Valor Ação: 35.195,63€

Autora: Santa Casa da Misericórdia de Arganil

Réu: Construções Castanheira & Joaquim, Lda;

Descrição do Litígio:

Ação Declarativa de Condenação por incumprimento de Empreitada de Remodelação e Requalificação da cozinha do Lar de Idosos e Centro de Dia da Santa Casa, através de procedimento de concurso Público, pedindo que a Ré seja condenada a pagar à Santa Casa, a quantia de 35.195,63 € (trinta e cinco mil cento e noventa e cinco euros e sessenta e três cêntimos) quantia necessária para a reparação dos defeitos da obra empreitada, que a Ré não se dignou reparar ou caso assim não se entenda, em alternativa condenada suprir tais defeitos no prazo máximo de 30 dias, ou noutro julgado razoável.

Estado do Processo:

Aberta conclusão a 13 de Junho de 2023, aguarda-se a marcação do julgamento.



À data de 31/12/2023 todas as contas apresentadas e referentes a esta ação estavam devidamente satisfeitas.

Nº Processo: 154/23.STSAGN

Tribunal: Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra - Juízo de Competência Genérica de Arganil

Espécie: Ação Declarativa de Reivindicação de prédio Urbano

Valor Ação: 45.830,00€

Autora: Santa Casa da Misericórdia de Arganil

Réu: Vânia Sofia Loureiro Penela

Descrição do Litígio:

Ação Declarativa de Reivindicação de Prédio Urbano, doado à Santa Casa da Misericórdia de Arganil a 09/02/2022, pela D. Lucília de Oliveira Antunes da Silva Henriques, o qual se encontra ocupado pela Ré.

Estado do Processo:

Aguardar a sentença.

À data de 31/12/2023 todas as contas apresentadas e referentes a esta ação estavam devidamente satisfeitas.



4 | CONTAS

Apesar do registo da taxa de inflação (4,3%) em 2023 ter sido inferior ao registado no ano de 2022, este indicador não deixou de condicionar a execução económica da Misericórdia, especialmente quando duas das principais componentes que influenciam e condicionam a atividade da Instituição são a alimentação (alimentos não transformados tiveram 9,5% de inflação) e os produtos energéticos (gás, eletricidade e combustíveis fósseis), componentes estas que, pela dimensão que assumem na estrutura de custos, alavancam o impacto deste indicador no exercício.

Contudo, e a par do impacto da taxa de inflação, existem dois outros aspetos que não podemos deixar de frisar, o primeiro relacionado com **os custos com o pessoal**, incrementado quer pela atualização do SMN e quer pela aplicação do Acordo Coletivo de Trabalho, e o segundo resultante do **não pagamento das verbas devidas pela ARSC** decorrentes das rendas do espaço ocupado no antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas.

Sobre este último aspeto, não é demais realçar que os valores em causa estavam previstos em sede de orçamento, ultrapassando, no final de Dezembro, o montante de duzentos e vinte mil euros, facto que influenciou fortemente o exercício, neste caso negativamente.

Essas verbas, devidas à instituição, foram alvo de decisão favorável à pretensão da Misericórdia em primeira instância ainda em 2023, mas a apresentação de recurso pela ARSC, cujo desfecho apenas foi conhecido já em 2024, inviabilizaram a sua inclusão nos proveitos.

4.1. RENDIMENTOS

O exercício de 2023 finalizou com um total de rendimentos de três milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, vinte e três euros e trinta e cinco centimos (3.481.023,35€), o que significou, face ao orçamento, uma diminuição de oitocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos euros e cinquenta e dois centimos (852.600,52€), representando um decréscimo face ao inicialmente traçado de 19,67%.

Esta diminuição é explicada por dois fatores, por um lado **a não entrada em funcionamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas**, a partir do qual tinha sido orçada uma receita de



setecentos e trinta e dois mil, cento e noventa e sete euros e quarenta e nove cêntimos (732.197,49€), mas que, por esse motivo, não se verificou a concretização desta receita.

E por outro lado, estava também **prevista a receção das verbas correspondentes às rendas em atraso e devidas pela ARSC, o que não se veio a verificar** pelas razões já explanadas, motivo pelo qual se registou uma diminuição de cento e catorze mil, setecentos e trinta euros (114.730,00€) na rubrica 787 dos rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros.

Essa quebra não foi superior, face ao orçamento, devido à alienação, devidamente autorizada pela Assembleia Geral, de três imóveis que deram origem a um proveito de cerca de cento e quinze mil, duzentos euros (115.200,00€).

Já no que toca à comparação entre exercícios, podemos verificar que o total de rendimentos do exercício de 2023, comparativamente com 2022, decaiu 2,24%, ou seja, menos setenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e três euros (79.853,00€).

A razão para essa redução radica, essencialmente, no facto de em 2022 a instituição ter obtido um donativo de cem mil euros (100.000,00€), situação que não se veio a verificar em 2023.

Não obstante essa diferença de rendimentos obtidos, podemos destacar, como positivo, a evolução favorável da receita da Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR), conta 72, que atingiu o montante de cento e vinte mil, cento e um euros, e cinquenta e quatro cêntimos (120.101,54€), um aumento de 4,38% face ao ano de 2022, ou seja, mais cinco mil, quarenta e dois euros e vinte cêntimos (5.042,20€). Mas, mesmo assim, a UMFR ainda não atingiu os valores pré-pandemia ao nível da faturação.

Por outro lado, registou-se um desempenho favorável das receitas provenientes das mensalidades dos utentes, também na conta 72, com mais sessenta e nove mil, oitocentos e vinte seis euros e cinquenta e seis cêntimos (69.826,56€), o que significou um crescimento de 7,31%, com destaque para o contributo da resposta de ERPI, com cerca de mais vinte três mil, trezentos e setenta e sete euros (23.377,00€).

Por último, regista-se uma atualização dos valores em relação aos cuidados continuados, em mais 2,4%, mas cujo impacto, face ao exercício do ano de 2022 no que às transferências dos Ministérios da Segurança Social e da Saúde, é **praticamente nulo ou inferior**.



Rendimentos - 2023

CONTAS	RENDIMENTOS	Varição (c/a)	Orçamento (a)	2023 (c)	2022 (b)	Varição (c/b)
71	VENDAS	100%	0,00	903,25	0,00	100%
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	-22,82%	2 665 423,50	2 057 285,83	1 994 182,13	3,16%
	Matrículas e Mensalidades de Utentes	5,61%	970 956,30	1 025 390,74	955 564,18	7,31%
	UCC	8,28%	698 820,97	756 663,20	769 436,15	-1,66%
	Fisioterapia	5,75%	113 572,27	120 101,54	115 059,34	4,38%
	Jornal "A comarca"	3,38%	131 818,66	136 280,22	137 551,85	-0,92%
	Outros	4,39%	18 057,81	18 850,13	16 570,61	13,76%
	Paliativos	-100%	732 197,49	0,00	0,00	0,00
	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES					
75	PÚBLICOS	5,17%	1 015 264,92	1 067 705,49	1 086 880,68	-1,76%
	Centro Distrital da segurança Social	9,33%	909 714,31	994 606,77	828 607,17	20,03%
	IEFP-Empresas Inserção	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
	De Outras Entidades, Doações e Heranças / legados	-30,75%	105 550,61	73 098,72	258 273,51	-71,70%
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	165,83%	15 220,19	40 459,58	22 949,52	76,30%
77	GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	-50,66%	637 715,26	314 654,34	456 846,15	-31,12%
781	Rendimentos Suplementares	-74,76%	63 751,97	16 087,95	16 055,33	0,20%
	Rendimentos e ganhos em investimentos					
787	não financeiros	-36,24%	316 567,06	201 837,05	210 365,08	-4,05%
788	Outros	-62,42%	257 396,23	96 729,34	230 425,74	-58,02%
	Subsídios para o investimento - Rendas	-91,49%	150 590,65	13 667,70	9 145,87	49,44%
	(...) Outros	-14,20%	96 805,58	83 061,60	221 279,87	-62,46%
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES					
	OBTIDOS	100%	0,00	14,86	17,88	-16,89%
Total dos Rendimentos		-19,67%	4 333 623,87	3 481 023,35	3 560 876,36	-2,24%

Tabela n.º 4: Rendimentos do exercício versus orçamento e exercício anterior

Desde logo, a estimativa para as duas tipologias – Média e Longa – era a de que a atualização não fosse inferior a 4%, o que não se veio a verificar, já para não falar de que o indicador da taxa da inflação era de 7,8%, isto relativo a 2022.

4.2. GASTOS

Em relação aos gastos o ano terminou com um total de três milhões, seiscentos e trinta e três mil, duzentos e setenta e sete euros e vinte e dois centimos (3.633.277,22€), o que significou uma redução face ao que tinha sido inicialmente estimado e que tinha sido de quatro milhões, trezentos e trinta mil, novecentos e oitenta e oito euros e setenta e três centimos (4.330.988,73€), neste caso uma redução de 16,11%, ou seja, menos seiscentos e noventa e sete mil, setecentos e onze euros e cinquenta e um centimos (697.711,51€).

Neste caso, podemos dizer que a justificação para esta redução assentou no facto de, tal como do lado dos rendimentos, o reabilitado Hospital Condessa das Canas ainda não ter entrado em



funcionamento, situação que não implicou o surgimento de despesas em relação a essa unidade.

A rubrica de maior relevância nesta redução, face ao orçamento, foi a 63 – Gastos com pessoal, onde o valor de quatrocentos e setenta e dois mil, oitocentos e vinte e oito euros (472.828,00€), seguindo-se a conta 62 – Fornecimento de serviços externos, com menos cento e vinte quatro mil, novecentos e noventa e seis euros (124.996,00€), o que significou menos 14,15%.

Essas duas rubricas estão fortemente relacionadas com o funcionamento e operacionalidade das estruturas e equipamentos - os custos com pessoal estão relacionados com a prestação de cuidados aos utentes e o FSE relacionam-se com os gastos associados ao edificado (água, luz, etc), pelo que, não entrando em funcionamento a recente estrutura as despesas associadas a esta não ocorreram.

Já em relação à comparação com o exercício de 2022, que teve um total de gastos de três milhões, quinhentos e vinte e seis mil, trezentos e quarenta e quatro euros e sessenta e seis centimos (3.526.344,66€), registou-se um aumento de mais 3,03%, o que representou um acréscimo de cento e seis mil, novecentos e trinta e dois euros e cinquenta e seis centimos (106.932,56€), sendo que para este crescimento a rubrica dos gastos com pessoal foi a que mais contribuiu.

Desse modo, foi possível verificar que o aumento dos gastos com pessoal – conta 63, traduziu-se em mais cento e noventa e quatro mil, cento e setenta euros e setenta centimos (194.170,70€), representando um aumento em mais 9,77% face ao ano de 2022.

Se tomarmos como referência que o Salário Mínimo Nacional teve uma atualização de 7,8%, passando de setecentos e cinco euros (705,00€) para setecentos e sessenta euros (760,00€), e a introdução da atualização decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho, cujos aumentos tiveram uma base de 5%, rapidamente percebemos a inevitabilidade deste aumento significativo nesta componente.

Não obstante esse aumento, foi possível, através da redução dos gastos na rubrica do fornecimento de serviços externos – conta 62, uma poupança de sessenta e oito mil, quinhentos e trinta dois euros e dez centimos (68.532,10€), que a par da inexistência da necessidade de assegurar qualquer provisão, ao contrário de 2022, mitigar o aumento de custos.



Contudo, o valor total de gastos atingiu três milhões, seiscentos e trinta e três mil, duzentos e setenta e sete euros e vinte e dois centavos (3.633.277,26€).

Gastos - 2023

CONTAS	GASTOS	Varição (c/a)	Orçamento (a)	2023 (c)	2022 (b)	Varição (c/b)
61	CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	-4,61%	508 492,26	485 039,67	474 520,46	2,22%
	Mercadorias (Géneros Alimentares)	9,41%	387 397,99	423 846,83	393 506,20	7,71%
	Mercadorias (Farmácia)	-40,75%	38 138,16	22 595,78	33 222,97	-31,99%
	Matérias de consumo Outros	-53,47%	82 956,11	38 597,06	47 791,29	-19,24%
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-14,15%	883 667,56	758 671,05	827 203,15	-8,28%
	Subcontratados	0,00%	40 974,66	35 118,24	31 809,60	10,40%
	Serviços Especializados	-2,68%	271 040,34	263 784,97	278 958,26	-5,44%
	Materiais	8,80%	41 897,56	45 583,35	43 942,41	3,73%
	Energia e fluidos	-29,97%	313 879,78	219 815,37	282 193,51	-22,10%
	Deslocações, estadas e Transportes	-67,76%	9 587,12	3 090,76	8 248,83	-62,53%
	Serviços Diversos	-7,28%	206 288,10	191 278,36	182 050,54	5,07%
63	GASTOS COM PESSOAL	-17,82%	2 653 552,92	2 180 724,85	1 986 554,15	9,77%
632	Remunerações do Pessoal	-17,67%	2 138 641,19	1 760 830,29	1 610 633,91	9,33%
	Remunerações Certas	-17,58%	2 084 335,40	1 717 869,46	1 568 628,54	9,51%
	Remunerações Adicionais	-20,89%	54 305,79	42 960,83	42 005,37	2,27%
	Indemnizações	0,00	0,00	0,00	607,42	-100,00%
635	Encargos sobre Remunerações	-20,51%	476 916,99	379 087,18	342 487,74	10,69%
636	Seguros de acidentes no trabalho	34,35%	23 105,59	31 042,24	22 062,22	40,70%
638	Outros Gastos com Pessoal	-34,41%	14 889,15	9 765,14	10 762,86	-9,27%
65	PERDAS POR IMPARIDADES	0,00	0,00	3 472,58	0,00	100,00%
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	55,98%	46 177,80	72 028,27	37 664,76	91,24%
67	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	100 704,82	-100,00%
64	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-39,57%	187 847,71	113 512,35	95 602,95	18,73%
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	-61,31%	51 250,48	19 828,45	4 094,37	384,29%
Total dos Gastos		-16,11%	4 330 988,73	3 633 277,22	3 526 344,66	3,03%

Tabela n.º 5: Gastos exercício versus orçamento e exercício anterior

4.3. MAPA DE INVESTIMENTOS

Em relação aos investimentos realizados, e à medida que as obras de reabilitação no antigo hospital vão sendo finalizadas, o nível de investimento tem vindo a diminuir.

No entanto, ao nível dos ativos tangíveis, cujo montante atingiu cento e quarenta e sete mil, oitocentos e noventa euros e sessenta e um centavos (147.890,61€), o destaque foi para a



aquisição de duas viaturas, com realce para a que funciona em modo elétrico, no montante de quarenta e um mil, setecentos e oitenta e um euros e treze cêntimos (41.781,13€).

Investimento	2022	2023
Investimentos Financeiros	2 042,44	-2 397,15
Propriedades de Investimento:	-76 202,17	-17 443,34
Doações	0,00	65 843,05
Reavaliação	0,00	0,00
Permuta		
Alienação	-76 202,17	-83 286,39
Ativos Tangíveis	39 769,57	147 890,61
Ativos Intangíveis	0,00	0,00
Investimentos em curso: - Ativos Tangíveis:	528 776,63	136 557,65
45 Obra Hospital - ABA	285 972,51	51 875,87
45 Arranjos exteriores	23 930,20	4 812,87
45 Juros empréstimo obra	35 865,85	29 807,31
45 Certificado energético		3 221,37
45 PT Geradores Hospital	183 008,07	38 477,73
45 Projeto Bairro		8 362,50
45 Mat de Proteção		0,00
TOTAL	494 386,47	264 607,77

Tabela n.º 6: Mapa de Investimentos

No entanto, a componente dos ativos tangíveis dos investimentos em curso registou um total de cento e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e sete euros e sessenta e cinco cêntimos (136.557,65€), ainda com destaque para as obras do hospital com um total de cinquenta e um mil, oitocentos e setenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos (51.875,87€).

Assim, o ano de 2023 finalizou com um total de duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e sete euros e setenta e sete cêntimos (264.607,77€), suportados em capitais próprios.



4.4. RESULTADO DO EXERCÍCIO

Após a apresentação dos rendimentos obtidos e dos gastos executados, podemos agora verificar o resultado líquido do exercício, não sem antes realizarmos uma passagem pelo Balanço.

Nesse documento, podemos verificar que o total do ativo cifrou-se em doze milhões, novecentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e cinco euros e sessenta e sete cêntimos (12.968.405,67€), significando um crescimento de mais cento e setenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e dois euros e trinta e sete cêntimos (174.432,37€), o que representa um acréscimo de 1,36%, face a 2022 (12.793.973,30€).

Do lado do ativo não corrente, e apesar de uma diminuição de cento e quatro mil, quatrocentos e noventa e três euros e oitenta e dois cêntimos (104.493, 82€) nas designadas propriedades de investimento, fruto das alienações realizadas em 2023, ou seja, menos 2,38%, registou-se um crescimento nos ativos fixos tangíveis em mais 2,54%, ou seja, cento e setenta e três mil, cento e noventa e dois euros (173.192,00€).

Importa ressaltar que apesar das alienações realizadas em 2023, houve a entrada de mais dois imóveis registados nos ativos pelo valor patrimonial (46.517,45€/Arganil + 19.325,60€/Benfeita) o que possibilitou reduzir o impacto dessas vendas no que concerne às propriedades de investimento, sendo exetável que novas propriedades venham à posse da Instituição num futuro próximo.

Do lado do passivo, entre corrente e não corrente, registou-se um total de seis milhões, doze mil, cinco euros e sessenta e cinco cêntimos (6.012.005,65€), traduzindo um acréscimo de 4,8%, o que representou mais duzentos e setenta e cinco mil, cento e oitenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos (275.186,67€).

Do lado do passivo não corrente, destaque para o inico da amortização do empréstimo relativo à empreitada do Hospital, com uma diminuição em sessenta e cinco mil, trezentos e doze euros e vinte e sete cêntimos (65.312,27€), ou seja, menos 3,29%.

Na componente do passivo corrente, destaque para a amortização nos empréstimos de curta duração da Caixa Económica Montepio, num total de cinquenta e dois mil, novecentos e setenta euros e sessenta e oito cêntimos (52.970,68€), embora a introdução em 2023 da modalidade de



Factoring e confirming (muita curta duração) para um apoio direto à liquidez da tesouraria tenha esbatido as amortizações realizadas nos empréstimos em curso.

Importa contudo frisar que, do lado do passivo (corrente não corrente), existe um valor de três milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, seiscentos e cinquenta e três euros e setenta e nove cêntimos (3.494.653,79€) que podemos considerar de relativa confiança, na medida em que respeitam a provisões (210.871,17€), a verbas recebidas a título de adiantamento pela operação de venda da Quinta dos Bons Dias (1.362.094,17€) e que, após a escritura, serão descarregadas do passivo, e por fim o financiamento do Hospital (1.921,688,15€) que se destina a colocar em funcionamento novos serviços.

Já na questão do resultado do exercício e considerando que o total de rendimentos no exercício de 2023 foi de três milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, vinte e três euros e trinta e cinco cêntimos (3.481.023,35€), enquanto do lado dos gastos o ano encerrou com o montante de três milhões, seiscentos e trinta e três mil, duzentos e setenta e sete euros e vinte e dois cêntimos (3.633.277,22€), podemos verificar que resultou num resultado líquido negativo de cento e cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta e três euros e oitenta e sete cêntimos (152.253,87€).

No entanto, é fundamental salientar que para este resultado contribuiu, sem dúvida alguma, o **facto das verbas devidas pela ARSC**, e referentes às rendas provenientes do espaço ocupado no antigo hospital pelos serviços de saúde, **não terem sido pagos**, sendo que no final do ano o valor em dívida era um pouco mais de duzentos e vinte e seis mil euros (226.000,00€).

O Estado, através dos seus serviços, não honrou as suas obrigações, deixando a Instituição numa situação em que o resultado obtido poderia ter sido outro se o contrário tivesse sucedido, obrigando a Misericórdia a um esforço supletivo para dar provimento aos seus compromissos, o que implicou, por exemplo, alienar património.

Por outro lado, e apesar das decisões tomadas pelos tribunais, não se perspetivam datas para a regularização da dívida por parte da ARSC e de quem lhe sucedeu nas obrigações.

Uma palavra ainda para a descentralização de competências e responsabilidades para a Câmara Municipal de Arganil, algo que não deixa de nos preocupar no que à receção de verbas diz respeito.



Rendimentos	3 481 023,35
Vendas	903,25
Prestação de serviços	2 057 285,83
Trabalho p/ própria Entidade	40 459,58
Subsídios, doações e legados à explora.	1 067 705,49
Aumentos/reduções de justo valor	0,00
Outros rendimentos e ganhos	314 654,34
Juros, dividendos e outros rend. Simil.	14,86
Gastos	3 633 277,22
CMVMC	485 039,67
Fornecimento e Serviço Externos	758 671,05
Gastos com pessoal	2 180 724,85
Gastos de depreciação Amortização	113 512,35
Provisões e Imparidades (perdas)	3 472,58
Outros Gastos e perdas	72 028,27
Gastos e perdas de financiamento	19 828,45
Resultado Líquido do Exercício	-152.253,87€

Tabela n.º 7: Resumo do RLE



5 | CONCLUSÃO

A par da instabilidade mundial, juntou-se no final de 2023 a incerteza no panorama nacional, fruto da queda do Governo e a convocação de novo ato eleitoral para a Assembleia da República.

Por outro lado, o ano que findou foi de veras difícil, não apenas pelas circunstâncias ditadas pela imprevisibilidade resultante das condicionantes atrás elencadas, mas muito especialmente pelo contínuo aumento de custos, sem que do parceiro Estado tenha havido a devida comparticipação pelos serviços prestados.

Para além disso, a abertura de candidaturas ao PRR tendo em vista a entrada em funcionamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas, e inicialmente previstas para 2022, apenas vieram a ter lugar já no terceiro trimestre de 2023.

Uma situação que não contribuiu para a entrada em funcionamento dessa estrutura, a qual se vem arrastando, na medida em que a análise da candidatura apenas ocorrerá em 2024.

Contudo, foi possível concretizar a celebração de acordo para vagas hospitalares na resposta de ERPI – Lar de Idosos, a revisão do protocolo das cantinas sociais, a manutenção das parcerias e a continuação dos processos relativos às rendas devidas pela ARSC, com uma primeira decisão favorável à Misericórdia.

Importa também destacar que apesar dos enormes constrangimentos verificados no ano transato, a Misericórdia manteve as parcerias com diversas entidades, públicas e privadas, procurando colaborar em diversas iniciativas, sem descuidar a dinamização de projetos inovadores, como o que foi patrocinado pelo BPI | Fundação La Caixa.

Por outro lado, não devem ser esquecidos os esforços realizados com o intuito da reabilitação do Cineteatro Alves Coelho, tendo sido realizadas reuniões com a autarquia nesse sentido e recebida a indicação da possibilidade de recuperação do emblemático edifício em face da possibilidade de candidatura do mesmo a fundos comunitários.

Simultaneamente, foi considerada a possibilidade, aguardando-se a respetiva formalização, de celebração de contrato com o IHRU para construção de habitação destinada ao arrendamento acessível, nos artigos pertença da Instituição e localizados junto ao Pavilhão da Misericórdia sito no Paço Grande, sem esquecer a preparação de uma candidatura para requalificação do seu bairro.



Embora fosse possível revisitar toda uma panóplia de atividades dinamizadas pela Instituição, não podemos deixar de referir o empenho e dinamismo que a Misericórdia de Arganil colocou ao serviço da causa das Santas Casas, contribuindo, ativamente, para o surgimento de uma candidatura aos Órgãos Nacionais da UMP, sob o lema *“Devolver a UNIÃO às Misericórdias”*.

Por outro lado, o ano de 2023 foi também marcado pela doença do Prof. José Dias Coimbra, mentor da plataforma *“Somos Todos Misericórdia”*, doença esta que veio a culminar, já em Janeiro de 2024 (dia 21) na sua morte, que tanto lamentamos.

Para eie, que a Senhora das Misericórdias o acolha, mas também que nos guie e oriente, dando-nos as forças para continuar a obra de tantos que nos antecederam, sem que nunca o rumo seja perdido ao serviço dos outros.

No entanto, não podemos encerrar este documento, sem que se deixe o alerta para a questão do incumprimento das decisões proferidas pelos tribunais e a favor da Misericórdia, nomeadamente nas matérias das rendas devidas pelo espaço ocupado no antigo hospital.

A irredutibilidade dos serviços do Estado empurra a Misericórdia para uma situação que nunca pretendeu, designadamente a execução da sentença, com os efeitos que daí poderão resultar para a relação com as entidades públicas...não queremos pensar assim, mas o sentimento de perseguição começa a pairar!

Por outro lado, estamos muito apreensivos com a passagem da responsabilidade para a autarquia e a responsabilidade dos pagamentos no futuro.

Um agradecimento final aos companheiros desta viagem, Mesários, membros do Conselho Fiscal / Definitório, Mesa da Assembleia Geral, Irmãos, trabalhadores e, mais importante, utentes.

Arganil, 11 de Março de 2024

O Provedor

(Prof. António Carvalhais da Costa)



ANEXOS

Balanço

Demonstração de Resultados

Fluxos de Caixa

Anexo ao balanço



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2023

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

TSR - Contabilidade ESNL

Balanço

Balanço em 31 de Dezembro de 2023

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31 Dez 2023	31 Dez 2022	Variação
ATIVO				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7	6.984.417,47	6.811.225,46	2,54%
Bens do patrimônio histórico e cultural		121.363,83	121.363,83	0,00%
Propriedades de investimento		4.286.698,87	4.391.192,69	-2,38%
Ativos intangíveis	6	49.745,15	49.745,15	0,00%
Investimentos financeiros	8	132.280,52	134.677,67	-1,78%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		11.574.505,84	11.508.204,80	0,58%
Ativo corrente				
Inventários	9	46.227,46	37.785,55	22,34%
Clientes	10	389.741,81	308.133,60	26,48%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	20.725,50	-100,00%
Estado e outros entes públicos	11	13.199,23	67.616,99	-80,48%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	12	2.785,08	2.785,08	0,00%
Outras contas a receber	12	766.463,20	726.213,49	5,54%
Diferimentos	14	15.800,27	11.527,39	37,07%
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários	15	159.682,78	110.980,90	43,88%
		1.393.899,83	1.285.768,50	8,41%
Total do Ativo		12.968.405,67	12.793.973,30	1,36%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos	16	1.137.883,88	1.137.883,88	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas	17	1.669.974,03	1.669.974,03	0,00%
Resultados transitados	18	782.992,73	794.302,19	-1,42%
Excedentes de revalorização		2.971.527,60	2.971.527,60	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	19	546.275,65	448.934,92	21,68%
Resultado líquido do período		-152.253,87	34.531,70	-540,91%
Total dos fundos patrimoniais		6.956.400,02	7.057.154,32	-1,43%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	23	210.871,17	210.871,17	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	20	1.921.688,15	1.987.000,42	-3,29%
Outras contas a pagar	21	1.362.094,47	1.311.894,47	3,83%
		3.494.653,79	3.509.766,06	-0,43%
Passivo corrente				
Fornecedores		731.648,62	631.966,24	15,77%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	11	83.598,44	79.757,85	4,82%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	12	0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	20	349.620,39	284.313,72	22,97%
Diferimentos	14	248.252,90	247.817,21	0,18%
Outras contas a pagar	21	1.104.231,51	983.197,90	12,31%
		2.517.351,86	2.227.052,92	13,04%
Total do Passivo		6.012.005,65	5.736.818,98	4,80%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		12.968.405,67	12.793.973,30	1,36%

(1) - Euro



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

TSR - Contabilidade ESNL

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2023

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2023	2022	
Vendas e serviços prestados	23	2.058.189,08	1.994.182,15	3,21%
Subsídios, doações e legados à exploração		1.067.705,49	1.086.880,68	-1,76%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		40.459,58	22.949,52	76,30%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-485.039,67	-474.520,46	-2,22%
Fornecimentos e serviços externos	24	-758.671,05	-827.203,17	8,28%
Gastos com o pessoal	25	-2.180.724,85	-1.986.554,15	-9,77%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-3.472,58	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	-100.704,82	100,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		314.654,34	456.846,15	-31,12%
Outros gastos e perdas		-72.028,27	-37.664,76	-91,24%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-18.927,93	134.211,14	-114,10%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	-113.512,35	-95.602,95	-18,73%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-132.440,28	38.608,19	-443,04%
Juros e rendimentos similares obtidos		14,86	17,88	-16,89%
Juros e gastos similares suportados		-19.828,45	-4.094,37	-384,29%
Resultados antes de impostos		-152.253,87	34.531,70	-540,91%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		-152.253,87	34.531,70	-540,91%

(1) - Euro



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2023

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

TSR - Contabilidade ESNL

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2023

UNIDADE MONETÁRIA (1)

		UNIDADE MONETÁRIA		
RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2023	2022	Variação
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes		2.040.036,45	2.071.597,33	-1,52%
Pagamentos de subsídios		24.256,00	0,00	0,00%
Pagamentos de apoios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos a fornecedores		-1.212.650,76	-1.199.214,58	-1,12%
Pagamentos ao pessoal		-1.467.114,04	-1.243.300,53	-18,00%
Caixa gerada pelas operações		-615.472,35	-370.917,78	-65,93%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-123.719,01	-111.181,72	-11,28%
Outros recebimentos/pagamentos		401.470,38	197.375,20	103,40%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-337.720,98	-284.724,30	-18,61%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-38.244,72	-198.826,27	80,76%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		292.710,55	110.514,29	164,86%
Ativos intangíveis		85.000,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		3,65	90.000,00	-100,00%
Outros ativos		0,00	17.500,00	-100,00%
Subsídios ao investimento		0,00	0,00	0,00%
Juros e rendimentos similares		0,00	2,05	-100,00%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		339.469,48	19.190,07	1.668,99
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		-140.055,81	-15.686,28	-792,86%
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00%
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00%
Doações		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		215.209,20	120.000,00	79,34%
Juros e gastos similares		-28.200,01	-3.935,02	-616,64%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		46.953,38	100.378,70	-53,22%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		48.701,88	-165.155,53	129,49%
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00%
Caixa e seus equivalentes no início de período		110.980,90	276.136,43	-59,81%
Caixa e seus equivalentes no fim de período		159.682,78	110.980,90	43,88%

(1) - Euro

TSR - Sistemas de Informação, Lda.

7 de março de 2024

Licenciado a SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

73



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31 de dezembro de 2023

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da entidade:

Santa Casa da Misericórdia de Arganil (SCMA)

1.2 - Sede:

Rua Comendador Cruz Pereira 3300-034 Arganil

1.3 - NIPC:

501 157 654

1.4 - Natureza da atividade:

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil é uma entidade do setor cooperativo e social com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direção Geral da Segurança Social, no livro das “Irmandades da Misericórdia”, fls 64 e 64 verso, sob o n.º 50/82, em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 9º do Regulamento aprovado pela Port. Nº778/83 de 23 de Julho.

Tem como objetivo satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico de harmonia como seu espírito tradicional, enformada pelo princípio da doutrina e moral cristã.

Atua através de um vasto leque de atividades, em particular no desenvolvimento de respostas sociais do âmbito da Segurança Social, nomeadamente de Apoio e Proteção destinadas à prossecução dos seguintes objetivos:

- a) Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez;
- b) Apoio à família, crianças e jovens;
- c) Apoio à integração social e comunitária dos cidadãos em situação de vulnerabilidade, promovendo o desenvolvimento de projetos de vida e das ações de formação inerentes à



respetiva preparação para a inclusão social;

d) Apoio a cidadãos em situação temporária de limitação da capacidade para o trabalho, por força de doença ou acidente. No entanto, secundariamente a Entidade prossegue outras atividades de carácter complementar compatíveis com a sua natureza, nomeadamente de promoção e proteção da saúde, como sendo a prestação de cuidados continuados e de reabilitação, bem como o desenvolvimento de respostas e serviços enquadráveis no âmbito da economia social.

1.5 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de Euro.

2 - REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referência contabilística de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com a seguinte legislação:

- Portaria n.º 105/2011 de Março;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março;
- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março;
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade mantidos de acordo com a NCRF-ESNL.

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

O valor do Ativo não corrente refere-se somente às aquisições de 1981 em diante.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2011, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até



àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos que resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.1.2. Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.



3.1.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento (PI) são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente, pois existem determinadas propriedades com autorização de alinação pela Assembleia Geral.

As PI são mensuradas ao justo valor, nomeadamente pelo valor patrimonial, que consta na respetiva cadeneta predial urbana disponibilizada pela Autoridade Tributaria e Aduaneira. Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenção, reparação, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gastos no período a que se referem.

3.1.4 Inventário

Mercadorias e matérias-primas.

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Sistema de inventário permanente.

3.1.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

3.1.6. Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Clientes e Outras Contas a receber**

As dívidas de clientes/Utentes e Outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal.

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**



As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominalizado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

- **Empréstimos**

O Empréstimo é registado no passivo pelo custo.

- **Provisões**

É uma estimativa fiável sob obrigações presentes, prováveis de conferirem um exfluxo de recursos.

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

- **Benefícios de Empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de turno, feriados, subsídio de Férias e Natal, abonos de caixa, entre outros.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados.

O subsídio de férias é pago em Julho, e o de Natal em Dezembro de cada ano, e reconhecido como gasto no mesmo período.

3.2. Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas, foram aplicadas de forma consistente com o



previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável

3.3. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valores e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantidades relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da SCMA.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, representados na Demonstração de Fluxos de Caixa.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da SCMA.

5. POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não foram efetuadas alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas, mantendo-se a exigência da consistência nas mesmas.

Quanto aos Erros, aplicamos especificamente que a correção de um erro material de



um período anterior é excluída dos resultados do período em que o erro é detetado, sendo efetuada diretamente em resultados transitados.

BALANÇO

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro (€):

	Saldo Inicial (31/12/2022)	Aquisições e Outros	saldo final (31/12/2023)
Ativos Intangíveis	96.897,87	0,00	96.897,87
Depreciações Acumuladas			
Perdas por Imparidade			
Depreciação acumulada	47.152,72	0,00	47.152,72
Ativo Intangível líquido	49.745,15	0,00	49.745,15

Não houve variância entre o período e o homólogo.

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo Inicial (01/01/2022)	Aquisições e outros	Abates e outros	saldo final (31/12/2023)
Terrenos e recursos naturais	16.174,86		1.210,93	14.963,93
Edifícios e outras Construções	3.964.647,02	65.843,05	191.704,65	3.838.785,42
Outras Propriedades de Investimentos	520.000,00			520.000,00
Bens do Património Hist. e art. e Cultural	121.363,83			121.363,83
Outros AFT – Terrenos e Recursos Naturais	346.934,56	28.086,44		375.021,00



Outros AFT – Edifícios e Outras Construções	3.431.526,31	24.873,97		3.456.400,28
Equipamento Básico	994.021,35	9.386,08		1.003.407,43
Equipamento de Transporte	317.957,71	67.155,08		385.112,79
Equipamento Administrativo	320.133,06	12.520,71		332.653,77
Outros activos tangíveis	64.164,17	2.976,98		67.141,15
Inves. em Curso- Act. Tangíveis	4.724.418,50	136.557,65		4.860.976,15
Ativo tangível bruto	14.821.341,37	347.399,96	192.915,58	14.975.825,75
Depreciações Acumuladas	3.496.984,39	86.361,19		3.583.345,58
Perdas por Imparidade				
Ativo Fixo Tangível Líquido	11.324.356,98	261.038,77	192.915,58	11.392.480,17

Divulgamos, destacando:

- Na rubrica “Edifícios e Outras Construções” doação de duas casas de habitação que foram reconhecidas como ativos fixos tangíveis, entendendo-se que deles resultarão benefícios económicos futuros. Já nos abates sinalizamos a alienação dos Andar de Rua Frei Contreiras, em Lisboa, a moradia de Vila Nova de Gaia e a loja da Rua da artilharia, em Lisboa, constituída no nosso plano de contabilidade nas contas 42289, 42231 e 42102 mais 42285, respetivamente.
- Na rubrica “Outros AFT – Terrenos e Recursos Naturais” reconhecem-se trabalhos na Mata como Ativos Fixos Tangíveis.
- Na rubrica “Outros AFT – Edifícios e Outras Construções” destacamos obras de requalificação de duas casas de banho no edifício afeto ao ERPI, também ainda neste edifício foram requalificadas duas divisões com o fim de constituição de dois gabinetes de trabalho e sala de reuniões e ainda melhoramentos estruturais na cobertura/impermeabilização das oficinas de trabalho do pessoal da Manutenção, afeto à normal atividade do Complexo Social.
- Já no “Equipamento básico” e “Administrativo” e “Outros”, entre outros destaca-se a aquisição de equipamento para a cozinha, para a área da saúde, equipamento



informático, mobiliário administrativo, consequente às normais atividades sociais da SCMA.

- No equipamento de transporte, destaca-se a aquisição de duas viaturas, ambas afetas ao Serviço de Apoio Domiciliário. Uma das viaturas, de tipologia 100% Elétrica, foi co-financiada pelo Programa PRR – Mobilidade Verde.
- Os Investimentos em curso são afetados positivamente pela continuação da obra do Hospital Condessa das Canas e pelo Projeto Arquitetura do Bairro da Misericórdia, na sequência da preparação da candidatura ao Programa Co-Financiado pelo PRR denominado “Primeiro Direito”.

8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

No ano de 2023 verificou-se uma variação negativa de (€2.397,15) derivada do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), diferença entre depósitos até março, derivado da Legislação em vigor s/ a matéria e os pedidos de reembolso.

9. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o Sistema de Inventário Permanente.

A quantidade de inventário como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, detalham-se conforme se segue:

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo

	2022	2023	Diferença (2022-2023)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Gêneros Alimentares	390.456,79	423.846,63	-33.389,84
Outros	84.063,67	61.192,84	22.870,83
Total	474.520,46	485.039,47	-10.519,01



	Saldo Inicial	Compras	Saldo Final	Diferença (SF-SI)
Géneros Alimentares	16.452,39	423.846,63	21.691,68	5.239,29
Outros	21.333,16	61.192,84	24.535,78	3.202,62
Total	37.785,55	485.039,47	46.227,46	8.441,91

10. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2023 e respetivo período homólogo a rubrica de Clientes e Outras contas a receber da Instituição têm a seguinte composição:

	2022	2023	Diferença (2022-2023)
Clientes			
Clientes Gerais	215.977,00	125.806,86	90.170,14
Utentes	76.867,91	101.811,83	-24.943,92
Cobrança Duvidosa	15.288,69	1.520,94	13.767,75
Clientes Factoring	0,00	160.602,18	
Total	308.133,60	389.741,81	78.993,97

Divulga-se que a Instituição contratualizou um mecanismo financeiro – Factoring – com vista a obtenção de liquidez na tesouraria, que consiste na aquisição de créditos de curto prazo (faturas), resultantes de fornecimento de serviços na área da saúde.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2023 e em 2022 as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

	2022	2023	Diferença (2022-2023)
Estado e Outros Entes Públicos (ativo)			
Iva Suportado p/ Reembolso	2.776,52	13.199,23	-10.422,71
Iva Reembolsos pedidos	64.840,47	0,00	64.840,47
Outras	0,00	0,00	00,00
Total	67.616,99	13.199,23	54.417,76

Divulgamos a abertura e utilização de conta no Plano de Contabilidade para o valor de IVA já Pedido em sede de Reembolso, fazendo a destinção da conta IVA Suportado, cumulativa em anos anteriores dos valores, dos valores a pedir e os já pedidos à Autoridade Tributária.



	2022	2023	Diferença (2022- 2023)
Estado e Outros Entes Públicos (passivo)			
Ret. de Imp. Sobre Rendimentos	10.356,72	7.993,86	2.362,86
IVA - A Pagar	10.479,16	10.540,46	-61,30
Centro Regional de Seg. Social	57.640,60	63.955,02	-6.314,42
FCT e FGCT	1.281,37	1.109,10	172,27
Total	79.757,85	83.598,44	-3.840,59

12. FUNDADORES/BENEMÉRITOS/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS

Não se regista variância nesta rubrica, face ao período homólogo.

13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rubrica apresenta valores com alguma relevância, pois encontram-se aqui registados montantes inerentes a projetos que estão a decorrer na Instituição, e aguarda-se pelo recebimento das respetivas verbas.

14. DIFERIMENTOS

Esta rubrica contempla gastos/Rendimentos a reconhecer que correspondem ao ano de 2023.

	2022	2023	Diferença (2022- 2023)
Diferimentos (Ativo)			
Seguros	10.098,94	15.800,27	-5.701,33
Outras despesas com Custo Diferido	1.428,45	0,00	1.428,45
Total	11.527,39	15.800,27	-4.272,88



	2022	2023	Diferença (2022- 2023)
Diferimentos (Passivo)			
Rendas a reconhecer *	166.847,98	226.411,81	-59.563,83
Outros rendimentos a reconhecer (Subsíd. exploração e outros)	80.969,23	21.841,09	59.128,14
Total	247.817,21	248.252,90	-435,69

* Destaca-se nesta rubrica o valor de rendas não pagas e não aceites pela ARS no valor de 226.441,81€ a 31/12/2023, valor este que a Instituição continua a querer reconhecer estando a diligenciar no sentido do pagamento pelo inquilino.

15. CAIXA E DEPÓSITOS BANCARIOS

Descrição	2022	2023	Diferença (2022-2023)
Numerário (caixa)	458,68	441,75	16,93
Depósito à ordem	53.814,04	104.157,85	-50.343,81
Depósito a prazo	56.708,18	55.083,18	1.625,00
Total	110.980,90	159.682,78	-48.701,88

16. FUNDOS

Esta rubrica não apresentou alteração face ao período homólogo.

Em 31 de Dezembro de 2023 os Fundos da Instituição eram compostos por € 1 137 883,88€.

17. RESERVAS

No decurso do exercício de 2023 não se registou nenhum movimento nesta rubrica. De referir que a Instituição tem reconhecido o seu Resultado Líquido do Exercício integralmentena rubrica de Resultados Transitados.

**18. RESULTADOS TRANSITADOS**

Descrição	2022	2023	Diferença (2022-2023)
Resultados Transitados	794.302,19	782.992,73	11.309,46
RLE	760.886,67	795.418,37	-34.531,70
Regularizações	33.415,52	-12.425,64	45.841,16
Total	794.302,19	782.992,73	11.309,46

Divulgam-se correções diretamente nos Fundos Patrimoniais, na conta 5612 - Resultados Transitados/Regularizações, de erros de exercícios anteriores observados no ano do exercício corrente:

- Valor submetido em pedido de reembolso de iva, não aceite e não pago pelo Estado, no valor de 20.841.16 € (sl da 2438).
- Valor do Subsídio do Programa PRR – Mobilidade Verde co-financiando a aquisição de uma Viatura Elétrica para o Serviço de Apoio Domiciliário no valor de 25.000,00€ considerado no ano de 2022 como um Subsídio de Exploração em detrimento de um Subsídio ao Investimento.

19. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Divulga-se o recebimento de dois ativos – casas de habitação, Propriedades de Investimento - a título gratuito:

Descrição	2022	2023	Diferença (2022-2023)
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	448.934,92	546.275,65	-97.340,73
Subsídios Investimento	382.031,69	414.078,07	-32.046,38
Doações - Investimento	0,00	65.294,35	-65.294,35
Fundação Beira Serra	66.903,23	66.903,23	0,00
Total	448.934,92	546.275,65	-97.340,73



	2022	2023	Diferença (2022-2023)
OVFP - Subsídios *			
PIDDAC	872,25	747,69	124,56
Instituto Desporto	498,85	399,13	99,72
Ministério da Educação	1.596,11	1.396,55	199,56
Saúde XXI	192.544,28	186.879,08	5.665,20
IEFP- Empresas de inserção	5.780,59	5.599,99	180,60
CDSSC-Mases	49.271,23	49.271,23	0,00
PORC- Mais Centro	93.968,38	91.428,94	2.539,44
ARS-Modelar	37.500,00	37.500,00	0,00
Prémio BPI - Casa Com Vida	0,00	19.605,46	-19.605,46
PRR - Mobilidade Verde	0,00	21.250,00	-21.250,00
Total	382.031,69	414.078,07	-32.046,38

20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Rubrica financiamentos obtidos apresenta um saldo de €2.271.308,54€, repartido por:

- 1.921.688,15€ (conta empréstimos obtidos na CCAM, que pode atingir o montante de 2 000 000.00). Empréstimo contraído em 2019 para a construção/reabilitação do Hospital Condessa Canas. Este empréstimo confere-se como de longo prazo. Não amortizável no período em causa.
- 137.254,88€ (conta empréstimos obtidos no Montepio), referente a Linha Apoio ao Sector Social Covid-19. Início da amortização no corrente ano 2022, com um valor cumulativo de 47.058,84€.
- 94.088,16€ (conta empréstimos obtidos no Montepio), referente à Linha Depósito Economia Social, com a disponibilidade via Depósito a Prazo do valor indicado para utilização pela Instituição até ao limite disponibilizado. Não amortizável no período em causa.
- Linhas de Factoring e Confirming, mecanismos de financiamento de curto prazo suportados por faturas de Clientes e Fornecedores, respetivamente, de auxílio à liquidez da tesouraria.



	2022	2023	Diferença (2022- 2023)
Financiamentos Obtidos			
Caixa Agrícola - Obra	1.987.000,42	1.921.688,15	65.312,27
Montepio - Linha Apoio Social Covid-19	184.313,72	137.254,88	47.058,84
Montepio - E-Social	100.000,00	94.088,16	5.911,84
Confirming	0,00	6.242,80	-6.242,80
Factoring	0,00	112.034,55	-112.034,55
TOTAL	2.271.314,14	2.271.308,54	5,60

FINANCIAMENTOS OBTIDOS - EMPRÉSTIMOS	Si	Amortização	Juros	Total Amort/Juros	Sf (-Amort)
Caixa Agrícola - Obra	1.987.000,42	65.312,27	17.698,51	83.010,78	1.921.688,15
Montepio - Linha Apoio Social Covid-19	184.313,72	47.058,84	5.326,10	52.384,94	137.254,88
Montepio - E-Social	100.000,00	5.911,84	3.379,10	9.290,94	94.088,16
TOTAL	2.271.314,14	118.282,95		144.686,66	2.153.031,19

Os juros são reconhecidos como gasto no período a que dizem respeito.

Sendo, que os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à construção de ativos que se qualificam (necessitam de um período de tempo substancial para estarem disponíveis para uso) são capitalizados como parte do custo desses ativos.



21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2022	2023	Diferença (2022-2023)
Outras Contas a pagar			
Passivo não corrente			
Credores Diversos - Sinal Quinta	1.312.094,47	1.362.094,47	-50.000,00
Total	1.312.094,47	1.362.094,47	-50.000,00
Passivo corrente			
Remunerações a pagar e afins	4.440,77	4.215,36	225,41
Fornecedores de Investimentos*	585.914,41	676.646,16	-90.731,75
Credores por acréscimos de	316.004,30	345.351,22	-29.346,92
Credores por subscrições não	0	0,00	0,00
Credores Diversos	63.070,67	64.251,02	-1.180,35
Credores Diversos - Sinal Quinta			0,00
Perdas por imparidade	13.767,75	13.767,75	0,00
Total	983.197,90	1.104.231,51	-121.033,61

Pelo reconhecimento da perda por imparidade de 13.767,75€ de dívidas de inquilinos (rendas de casas de habitação), consideradas pela Instituição como perdas:

PERDAS POR IMPARIDADE / REVERSÕES	31-12-2023	31-12-2022
Saldo Inicial	13.767,75	13.767,75
Aumento do ano	3.472,58	0,00
Reversão do ano	0,00	3472,58
Saldo final	13.767,75	13.767,75

**22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES:****22.1. PROVISÃO**

Constitui uma obrigação presente legal como resultado de um acontecimento passado, o reconhecimento de uma provisão com base em valor divulgado em citação de um organismo público sendo provável que um exfluxo de recursos que incorporam contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade será necessário para liquidar as obrigações.

Face ao período homólogo, não se registaram desenvolvimentos dos processos judiciais interpostos pela Segurança Social relativos às situações dos Prestadores de Serviços, Centro de Dia e Trabalhadores da Misericórdia pelo que se considera que continuam reunidas as condições para mantermos a título de Provisão o valor de 210.871,17€, sendo que a representação deste custo no ano de 2023 é nula, pois não houve qualquer alteração ao já registado em anos anteriores.

Provisões	Saldo Inicial	Diminuição (Utilização)	Aumento	Reversão	Saldo Final
Processos judiciais em curso	210.871,17				210.871,17
Total	210.871,17	0,00	0,00	0,00	210.871,17

	2021	2022	2023
Provisões / Ano Constituição	110.166,35	100.704,82	0,00
Total	210.871,17		

22.2. PASSIVO CONTINGENTE

Considera ainda a SCMA continuar a divulgar um Passivo Contingente pela obrigação possível à data do balanço de aplicação de sanções monetárias em sequência de ações de fiscalização pela Segurança Social (SS), recaindo sobre acontecimentos passados relacionados com processos de prestadores de serviços que a SS qualificou como trabalhadores, no valor estimado mas não fiável



de 2.525,00€. Não concordando a Instituição com o descrito em notificações de resultados da fiscalização, procedeu esta às devidas reclamações, estando este processo em suspenso. Não reconhece por isso a SCMA passivo para este acontecimento.

22.3. ATIVO CONTINGENTE

Havendo um influxo de benefícios económicos prováveis decorrentes da interposição de uma ação declarativa de condenação contra a ARSC, IP, por ocupação de propriedade da SCMA em área excedente à autorizada, estando esta a aguardar decisão judicial, divulga-se o valor da Ação de 1.948.482,60€.

Ainda se divulga o valor de 35.195,63€ decorrente de uma Ação Declarativa de Condenação por Incumprimento de Empreitada de Remodelação e Requalificação da Cozinha do Complexo Social, contra Construções Castanheira & Joaquim, Lda.

Ambos os valores, não são fiáveis para efeitos de ser constituído ativo da Instituição.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

23. RÉDITO

O rédito reconhecido pela entidade em 2023 é detalhado conforme se segue:

	2023	2022
VENDAS	903,25	0,00
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2.057.285,83	1.994.182,13
Matrículas e Mensalidades de Utentes	1.025.390,74	103.527,46
UCC	756.663,20	769.436,15
Fisioterapia	120.101,54	115.059,34
Jornal "A Comarca de Arganil"*	136.280,22	137.551,85
Outros	18.850,13	16.570,61
TRABALHO PARA PRÓPRIA ENTIDADE	40.459,58	22.949,52
SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	1.067.705,49	1.086.880,68
Centro Distrital da segurança Social	994.606,77	828.607,17
De Outras Entidades, Doações e Heranças / legados	73.098,72	258.273,51
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	0	
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	314.654,34	456.846,15
Rendimentos Suplementares	16.087,95	16.055,33
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	201.837,05	210.365,08
Outros	96.729,34	230.425,74



Subsídio para o Investimento	13.667,70	9.145,87
(...) Outros	83.061,64	221.279,87
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	14,86	17,88
Total	3.481.023,35	3.560.876,36

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

A SCMA considera subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Em 2023 foi imputado ao rendimento do período o montante de 13.667,70€.

Foram ainda reconhecidos no exercício 1.067.705,49€ de subsídios à exploração da Instituição, de entre estes 4.302,31€ foram em doações a título gratuito sem contrapartidas.

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 2023 e em 2022 é detalhada conforme se segue:

	2022	2023
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
Subcontratados*	31.809,60	35.118,24
Serviços Especializados	278.958,26	263.784,97



Materiais	43.942,41	45.583,35
Energia e fluidos	282.193,51	219.815,37
Deslocações, estadas e Transportes	8.248,83	3.090,76
Serviços Diversos	182.050,54	191.278,36
Total	827.203,15	758.671,05

25. GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de Gastos com Pessoal nos exercícios findos em 2023 e em 2022 é detalhada conforme se segue:

	2022	2023
GASTOS COM PESSOAL		
Remunerações do pessoal	1.610.633,91	1.760.830,29
Encargos sobre Remunerações	342.487,74	379.087,18
Seguros de acidentes no trabalho	22.062,22	31.042,24
Outros Gastos com Pessoal	11.370,28	9.765,14
Total	1.986.554,15	2.180.724,85

26. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÃO DO EXERCÍCIO

	2022	2023
Depreciação e amortizações exercício		
Ativos Fixos Tangíveis (nota 7)	95.602,95	113.512,35
Ativos Fixos Intangíveis (nota 6)	0	0
Total	95.602,95	113.512,35

27. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

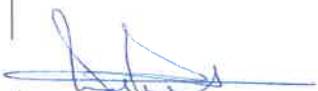
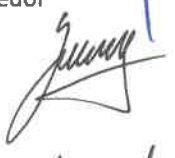
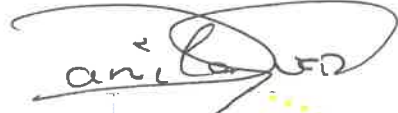
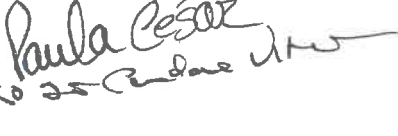


Não houve quaisquer acontecimentos após a data do balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem ao nível das divulgações adicionais.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) À data de 31 de Dezembro de 2023 não existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.
- b) À data de 31 de Dezembro de 2023 a Instituição tinha ao serviço 149 trabalhadores, distribuídos pelas várias valências, como se pode verificar nos mapas de resultado por atividades.

Conforme relatório de Gestão.

Mesa Administrativa (Arganil, 11/03/2024)	Conselho Fiscal (Arganil, 11/03/2024)	Assembleia Geral (Arganil, 28/03/2024)
Provedor 	Presidente 	Presidente 
Vice - Provedor 	Contabilista certificado (C.C. n.º 55358)  215629388 55358	 Paula César Mário César
Tesoureiro 		



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO
Relatório de Atividades e Contas – Exercício 2023

Com respeito pelo previsto nas alíneas a), b) e c) do artigo 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, reuniu, no dia 11 de Março de 2024, pelas dezoito horas, no Salão Nobre da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, o Conselho Fiscal / Definitório, tendo como objetivo analisar e emitir parecer sobre o **Relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2023**.

1

Analisado e discutido o projeto de Relatório de Atividades e Contas relativo ao Exercício de 2023, a par da demais documentação e anexos que dele fazem parte, e obtidos os esclarecimentos necessários junto da Mesa Administrativa e serviços de apoio, concluiu o Conselho Fiscal / Definitório que as dificuldades resultantes da instabilidade internacional e da incerteza nacional tiveram impactos na dinâmica da Misericórdia.

Não obstante essas dificuldades, a Misericórdia procurou responder às necessidades da comunidade e dos seus utentes, inovando e flexibilizando as suas atividades às necessidades que foram surgindo, pelo que, a generalidade dos objetivos que se propôs alcançar foram concretizados.

No campo económico-financeiro, o Conselho Fiscal / Definitório não pode deixar de salientar o impacto negativo nos resultados do exercício de 2023, resultante do **incumprimento por parte da Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC) das obrigações decorrentes do pagamento das rendas** referentes ao espaço ocupado no antigo hospital Condessa das Canas, num montante que, no final de Dezembro do ano transato, era já superior a duzentos e trinta mil euros (230.000,00€).

A não receção dessas verbas fez toda a diferença entre a obtenção de um resultado positivo e um resultado negativo como o que se veio a verificar, especialmente num ano que exigiu economicamente muito da Instituição.

Assim, o exercício de 2023 finalizou com um total de rendimentos de três milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, vinte e três euros e trinta e cinco centimos (3.481.023,35€), o que significou, face ao orçamento, uma diminuição de oitocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos euros e cinquenta e dois centimos (852.600,52€), representando um decréscimo face ao inicialmente traçado de 19,67%.

Esta diminuição é explicada por dois fatores, por um lado a **não entrada em funcionamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas**, e por outro lado, a **não receção das verbas correspondentes às rendas em atraso e devidas pela ARSC**.



Essa quebra não foi superior, face ao orçamento, devido à alienação de dois imóveis que deram origem a um proveito de cerca de cento e quinze mil, duzentos euros (115.200,00€), compensando, em parte, a não receção das verbas das rendas.

Quanto à comparação entre exercícios, verificou-se que o total de rendimentos do exercício de 2023, comparativamente com 2022, decaiu 2,24%, ou seja, menos setenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e três euros (79.853,00€).

2

A razão para essa redução radica, essencialmente, no facto de em 2022 a instituição ter obtido um donativo de cem mil euros (100.000,00€), situação que não se veio a verificar em 2023.

Não obstante essa diferença de rendimentos obtidos, podemos destacar, como positivo, a evolução favorável da receita da Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR), conta 72, que atingiu o montante de cento e vinte mil, cento e um euros, e cinquenta e quatro centimos (120.101,54€), um aumento de 4,38% face ao ano de 2022, ou seja, mais cinco mil, quarenta e dois euros e vinte centimos (5.042,20€). Mas mesmo assim, a UMFR ainda não atingiu os valores pré-pandemia ao nível da faturação.

Por outro lado, registou-se um desempenho favorável das receitas provenientes das mensalidades dos utentes, também na conta 72, com mais sessenta e nove mil, oitocentos e vinte seis euros e cinquenta e seis centimos (69.826,56€), o que significou um crescimento de 7,31%, com destaque para o contributo da resposta de ERPI, com cerca de mais vinte três mil, trezentos e setenta e sete euros (23.377,00€).

Quanto aos gastos o ano terminou com um total de três milhões, seiscentos e trinta e três mil, duzentos e setenta e sete euros e vinte e dois centimos (3.633.277,22€), o que significou uma redução face ao que tinha sido inicialmente estimado e que tinha sido de quatro milhões, trezentos e trinta mil, novecentos e oitenta e oito euros e setenta e três centimos (4.330.988,73€), neste caso uma redução de 16,11%, ou seja, menos seiscentos e noventa e sete mil, setecentos e onze euros e cinquenta e um centimos (697.711,51€).

Neste caso, podemos dizer que a justificação para esta redução assentou no facto de, tal como do lado dos rendimentos, o **reabilitado Hospital Condessa das Canas ainda não ter entrado em funcionamento**, situação que não implicou o surgimento de despesas em relação a essa unidade.

Comparando com o exercício de 2022, que teve um total de gastos de três milhões, quinhentos e vinte e seis mil, trezentos e quarenta e quatro euros e sessenta e seis centimos (3.526.344,66€), registou um acréscimo de cento e seis mil, novecentos e trinta e dois euros e cinquenta e seis centimos (106.932,56€), neste caso mais 3,03%, sendo que para este crescimento a rubrica dos gastos com pessoal foi a que mais contribuiu.

Verificou-se que o aumento dos gastos com pessoal – conta 63, traduziu-se em mais cento e noventa e quatro mil, cento e setenta euros e setenta cêntimos (194.170,70€), representando um aumento em mais 9,77% face ao ano de 2022.

Desde logo o impacto do Salário Mínimo Nacional que teve uma atualização de 7,8%, passando de setecentos e cinco euros (705,00€) para setecentos e sessenta euros (760,00€), a par da introdução da atualização decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho, cujos aumentos tiveram uma base de 5%, rapidamente percebemos a inevitabilidade deste aumento significativo nesta componente.

Não obstante esse aumento, foi possível, através da redução dos gastos na rubrica do fornecimento de serviços externos – conta 62, uma poupança de sessenta e oito mil, quinhentos e trinta dois euros e dez cêntimos (68.532,10€), que a par da inexistência da necessidade de assegurar qualquer provisão, ao contrário de 2022, mitigar o aumento de custos.

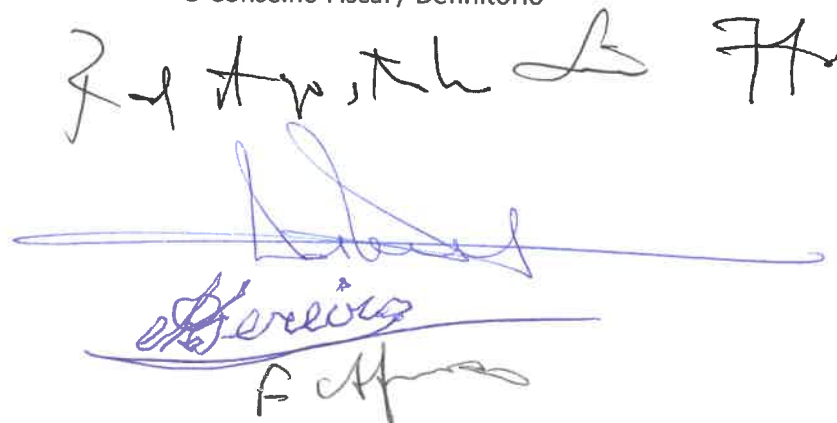
Ponderado o total de rendimentos e o total de gastos, e sublinhando-se que não foram recebidas as verbas devidas pela ARSC, o exercício fechou com um resultado negativo de cento e cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta e três euros e oitenta e sete cêntimos (152.253,87€).

Do lado dos investimentos o ano de 2023 finalizou com um total de duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e sete euros e setenta e sete cêntimos (264.607,77€), suportados em capitais próprios.

Consequentemente, o Conselho Fiscal | Definitório **deliberou, por unanimidade, dar parecer positivo ao Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2023 e anexos, sugerindo a devida aprovação em Assembleia Geral, propondo ainda, um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido, quer à Mesa Administrativa, e quer aos colaboradores que se empenharam no acompanhar e cuidar dos utentes e nos resultados obtidos.**

Arganil, 11 de Março de 2024

O Conselho Fiscal / Definitório

The image shows several handwritten signatures in blue ink. At the top, there are two distinct signatures. Below them, there is a long, horizontal, sweeping signature. Underneath that, there is another signature that appears to be 'F. Almeida'. At the bottom, there is a final signature that is partially obscured.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Santa Casa da Misericórdia de Arganil (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 12.968.406 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.956.400 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 152.254 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Santa Casa da Misericórdia de Arganil em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Avenida 5 de Outubro nº 124 7º | 1050-061 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social €47.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

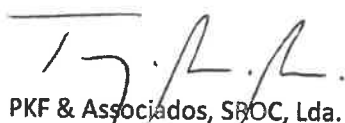
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de março de 2024

A handwritten signature in black ink, appearing to be "T. Romeiro Rocha", written over a horizontal line.

PKF & Associados, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

Tiago Romeiro Rocha (ROC n.º 1700 / CMVM n.º 20161310)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

• Rua Comendador Cruz Pereira, 3300-034 Arganil

• TLF 235 200 490 / FAX 235 200 499 • geral@scmarganil.pt

• www.scmarganil.pt

• www.facebook.com/misericordiadearganil

